

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

FRANCIS DOS SANTOS

PRÁTICAS AGRÍCOLAS, PAISAGEM E *TERROIR*: UM ESTUDO NA ÁREA
FUMICULTORA DO MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ - RS

Porto Alegre

2010

FRANCIS DOS SANTOS

PRÁTICAS AGRÍCOLAS, PAISAGEM E *TERROIR*: UM ESTUDO NA ÁREA
FUMICULTORA DO MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ - RS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Verdum

Série PGDR – Dissertação nº 130

Porto Alegre

2010

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas
da UFRGS

S237p Santos, Francis dos
Práticas agrícolas, paisagem e terroir: um estudo na área fumicultora do
município de Camaquã - RS / Francis dos Santos. – Porto Alegre, 2010.
93 f. : il.

Orientador: Roberto Verdum.

(Série PGDR – Dissertação, n. 130).

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.

1. Territorialidade : Desenvolvimento regional : Fumo. 2. Fumicultura :
Camaquã (RS). I. Verdum, Roberto. II. Universidade Federal do Rio Grande
do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 332.13

FRANCIS DOS SANTOS

PRÁTICAS AGRÍCOLAS, PAISAGEM E *TERROIR*: UM ESTUDO NA ÁREA
FUMICULTORA DO MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ – RS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Verdum

Aprovada em Porto Alegre, em 31 de agosto de 2010.

Prof. Dr. Roberto Verdum - Orientador

PGGEO – PGDR/UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

PGDR/UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Xavier

PGDR/UFRGS

Prof. Dr. Luis Fernando Mazzini Fontoura

PGGEO/UFRGS

*A minha família,
por sempre acreditarem em mim,
e por estarem sempre prontos para me amparar.
Quer seja financeiramente, quer seja emocionalmente.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a meus pais pela visão de mundo que me proporcionaram mediante seus exemplos de honestidade e abnegação, por tudo aquilo em que acreditavam e achavam correto realizar;

Agradeço de forma especial aos fumicultores entrevistados; seus conhecimentos foram essenciais para realização deste estudo;

As minhas manas Thaís e Kris, por acreditarem no Mano e estarem sempre presentes para me alegrar nos momentos em que as dificuldades pareciam insuperáveis;

Ao meu primo e super amigo Diego, por todas as palavras de incentivo e parceria;

Também aos professores do PGDR, que, além de me receberem de braços abertos na casa, foram mestres e estimuladores;

A professora Marta Júlia Marques Lopes, por disponibilizar as verbas para concluir essa pesquisa;

A todos os colegas de mestrado, pelo bom ambiente e amizade que compartilhamos;

A Capes pela bolsa de estudos concedida para que esta pesquisa fosse realizada;

Em especial, ao professor e orientador Roberto Verdum, por sua valorosa contribuição e confiança passada para que eu levasse adiante este trabalho. Foi muito mais que um orientador, foi um grande amigo que levarei para sempre.

RESUMO

O município de Camaquã está situado na parte centro-sul do Estado do Rio Grande do Sul. Do ponto de vista do relevo situa-se parte na Planície Costeira e outra no Planalto Sul-rio-grandense. Esse município estende-se desde as margens da Laguna dos Patos até o topo do Planalto (platô). Conforme pesquisa realizada pelos pesquisadores do Prointer, o município encontra-se em situação de dinamismo, sendo considerado o polo da área em estudo, caracteriza-se por uma agricultura diversificada e intensiva, seja patronal, ou familiar, ambas aparentemente com elevada produtividade. A expansão da fumicultura nos últimos anos na encosta do planalto nesse município instigou o estudo dessa área. Sendo assim, para tentar compreender a complexidade da relação sociedade-natureza aí existente, formulou-se a questão que norteou o desenvolvimento da pesquisa: Como as práticas agrícolas adotadas pelos fumicultores de Camaquã (RS), transformam a paisagem local, assim como, implementam a constituição de um *terroir* do fumo? Através da observação criteriosa da paisagem foi possível analisar e interpretar a dinâmica resultante da interrelação da paisagem e as práticas agrícolas na construção de um *terroir* do fumo no município. A unidade da paisagem e o seu *terroir* representam uma porção local, com dinâmica e funcionamento diferenciados, relacionando elementos da morfologia da paisagem e a ocupação do território através dos seus sistemas produtivos, em estreita relação com o contexto histórico. A coleta de dados constou de observação dos indicadores visuais como a ocupação, as práticas, as estruturas, as relações e as formas de apropriações, de entrevistas com agricultores e informantes-chave do município, da análise documental, de fotografias e do mapeamento do meio físico. Pode-se verificar uma estreita relação do contexto histórico na construção e na modificação da Unidade de Paisagem Encosta do Planalto e na implementação do *terroir*, que se resumiu em momentos distintos, como, a colonização pelos portugueses, a imigração dos pomeranos e a modernização da agricultura.

Palavras-chave: Práticas agrícolas. Paisagem. *Terroir*. Tabaco.

ABSTRACT

The municipality of Camaquã is situated in south-central part of Rio Grande do Sul. Of point of view of relief lies part in Coastal Plain and one in Plateau Sul-rio-grandense. The municipality stretches from the shores of the Laguna of Patos to the top of the Plateau. According to research conducted by researchers from Prointer, the municipality is in a state of dynamism and is considered the hub of the study area, characterized by an intensive and diversified agriculture, or employers, or family, both apparently with high productivity. The expansion of tobacco growing in recent years on the slope of the plateau in this city prompted the study of this area. So to try to understand the complexity of the society-nature existing there, he formulated the question that guided the development of research: How do agricultural practices adopted by growers of Camaquã (RS), transform the local landscape, as well as implement the formation of a *terroir* of smoking? Through careful observation of the landscape was possible to analyze and interpret the dynamics resulting from the interplay of landscape and agricultural practices in the construction of a *terroir* of smoking in the municipality. The unity of the landscape and its *terroir* representing a local portion, with different dynamics and functioning, relating elements of the morphology of the landscape and the occupation of territory through their productive systems, in close relation with the historical context. Data collection included observation of visual indicators such as occupation, practices, structures, relations and forms of appropriation, interviews with farmers and key informants in the municipality, the analysis of documents, photographs and the mapping of the physical. You can check a close relationship with the historical context in the construction and modification of the Unit for Landscape Hill of Plateau and the implementation of *terroir*, which is summarized at different times, as the colonization by the portuguese, the pomeranian immigration and modernization of agriculture.

Keywords: Agricultural practices. Landscape. *Terroir*. Tobacco.

RESUMEN

El municipio de Camaquã está situado en el parte centro-sur de Río Grande do Sul. Del punto de vista de alivio se encuentra parte de la Llanura Costera y una Meseta en el Sur-rio-grandense. El municipio se extiende desde las Orillas de la Laguna de los Patos hasta la cima del Meseta. Según un estudio realizado por investigadores de PROINTER, el municipio está en un estado de dinamismo y es considerado como el centro del área de estudio, que se caracteriza por una agricultura intensiva y diversificada, patronal, o familiar, ambos con alta con una alta productividad. La expansión del cultivo de tabaco en los últimos años en la Ladera de la Meseta en este municipio, motivó el estudio de esta área. Así que para tratar de comprender la complejidad de la sociedad-naturaleza que allí existen, formuló la pregunta que guió el desarrollo de la investigación: ¿Cómo las prácticas agrícolas adoptadas por los productores de Camaquã (RS), transforma el paisaje local, así como aplicar la formación de un *terroir* del humo? A través de la observación cuidadosa del paisaje fue posible analizar e interpretar la dinámica resultante de la relación del paisaje y las prácticas agrícolas en la construcción de un *terroir* del humo en el municipio. La unidad del paisaje y su terruño que representan una parte local, con diferentes dinámicas y funcionamiento, sobre los elementos de la morfología del paisaje y la ocupación del territorio a través de sus sistemas productivos, en estrecha relación con el contexto histórico. La compilación de datos de observación de los indicadores visuales, tales como la ocupación, las prácticas, las estructuras de relaciones y formas de apropiación, entrevistas con los agricultores y los informantes clave en el municipio, el análisis de documentos, fotografías y la cartografía de la físico. Usted puede comprobar una estrecha relación con el contexto histórico en la construcción y modificación de la Unidad de Paisaje Ladera de la Meseta y la aplicación de *terroir*, que se resume en diferentes momentos, como la colonización por los portugueses, la inmigración pomerania y la modernización de la agricultura .

Palabras-clave: Prácticas agrícolas. Paisaje. *Terroir*. Tabaco.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização do município de Camaquã – RS	15
Figura 2 – Mapa dos oito municípios pertencentes ao PROINTER.....	17
Figura 3 – Resultado da ação antrópica na paisagem local.....	30
Figura 4 – Modelo da relação da paisagem e práticas agrícolas	31
Figura 5 – Perfil topográfico do município de Camaquã, identificando as duas grandes Unidades da Paisagem	39
Figura 6 – Unidade de Paisagem Encosta do Planalto (Serra)	41
Figura 7 – Casa tradicional de uma família de colonizadores pomeranos, construída no início do século XX.....	43
Figura 8 – Paisagem da UP Encosta do Planalto, na qual se observa as características do relevo.....	44
Figura 9 – Fotografia do solo característico da UP Encosta do Planalto “Serra”.....	46
Figura 10 – Quadro demonstrando a cadeia produtiva da fumicultura brasileira	49
Figura 11 – Mapa da produção de tabaco no Rio Grande do Sul	55
Figura 12 – Sistema <i>float</i> para produção de mudas.....	57
Figura 13 – Bandeja de isopor onde é semeado o tabaco, observa-se as mudas já germinadas.....	58
Figura 14 – Lavoura preparada para plantio, com aveia semeada.	61
Figura 15 – Plantadeira manual utilizada no transplante das mudas de tabaco.	63
Figura 16 – Instalações para cura, secagem e estoque da produção de tabaco	66
Figura 17 – Fumicultores realizando a classificação das folhas de tabaco.	68
Figura 18 – Fardos de tabaco prontos para serem enviados para o beneficiamento na fumageira.	70
Figura 19 – Curso d’água assoreado pelo solo das lavouras de tabaco trazido pelas águas das chuvas	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lavoura e produção de tabaco (safra 2008).....	19
Tabela 2 – Distribuição fundiária da fumicultura sul-brasileira (safra 2009/2010)	51
Tabela 3 – Evolução da fumicultura sul-brasileira	52
Tabela 4 – Classes e preços do tabaco tipo Virgínia (safra 2008/2009)	69

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil

BAT – British American Tobacco

CFC's – Clorofluorcarbonetos

EMATER/RS – ASCAR - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

CQCT - Convenção Quadro para Controle do Tabaco

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS – Organização Mundial da Saúde

PGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

PGGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia

PROINTER – Programa Interdisciplinar de Pesquisa

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UP – Unidade de Paisagem

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROPOSTA DO ESTUDO	16
1.2 OBJETIVOS	20
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
1.4 PROPOSTA PARA A ANÁLISE DE PAISAGEM.....	23
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	24
2 PAISAGEM, PRÁTICAS AGRÍCOLAS E <i>TERROIR</i>: ELEMENTOS PARA ANÁLISE TEÓRICO–METODOLÓGICA	26
2.1 A IMPORTÂNCIA DAS ESCALAS NO ESTUDO DE PAISAGEM	28
2.2 PRÁTICAS AGRÍCOLAS E PAISAGEM.....	29
2.3 O QUE É <i>TERROIR</i> E SUA APLICAÇÃO NO ESTUDO DE PAISAGEM?	33
3 UNIDADE DE PAISAGEM DA ÁREA PRODUTORA DE TABACO EM CAMAQUÃ/RS.....	38
3.1 UNIDADE DE PAISAGEM ENCOSTA DO PLANALTO – “SERRA”.....	42
3.2 A FUMICULTURA: HISTÓRICO E SUA EXPANSÃO	48
3.3 TÉCNICAS E MÉTODOS DE CULTIVOS APLICADOS NA PRODUÇÃO DO TABACO.....	56
4 ANÁLISE DA FORMAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DO TERROIR DO FUMO.....	71
4.1 HISTÓRIA AGRÁRIA DA ÁREA FUMICULTORA DE CAMAQUÃ.....	71
4.2 O <i>TERROIR</i> E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL ASSOCIADA À PRODUÇÃO DE TABACO.....	76
4.3 TERROIR DO FUMO E OS ASPECTOS E PERCEPÇÕES AMBIENTAIS.....	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83

REFERÊNCIAS.....87

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista.....92

1 INTRODUÇÃO

O município de Camaquã está situado na parte centro-sul do Estado do Rio Grande do Sul. Ele situa-se parte na Planície Costeira e outra no Planalto Sul-riograndense, ou seja, estende-se desde as margens da Laguna dos Patos na planície até o topo do Planalto, conforme se observa na Figura 1. A sede do município encontra-se as margens da BR-116, uma das mais importantes rodovias do Estado, distancia-se 127 km da capital Porto Alegre, possui uma área de 1.680 km² tendo por limites os municípios de São Jerônimo, Cerro Grande do Sul, São Lourenço do Sul, Arambaré, Sentinela do Sul, Dom Feliciano, Amaral Ferrador, Cristal e Chувиска, além da Laguna dos Patos.

O Município é um dos mais antigos da região, em registro oficial, data de 19 de abril de 1864, com Lei Municipal nº 569 que cria o município de São João Batista de Camaquã. Sendo desempenhada a atividade agropecuária em seu território pelos colonizadores europeus e seus descendentes lá chegados em diferentes momentos, desde há pelo menos 250 anos, isso claro, não esquecendo a anterior ocupação indígena. O povoamento da região foi despertado, principalmente, pelo interesse pecuário e a população cresceu com a vinda dos imigrantes.

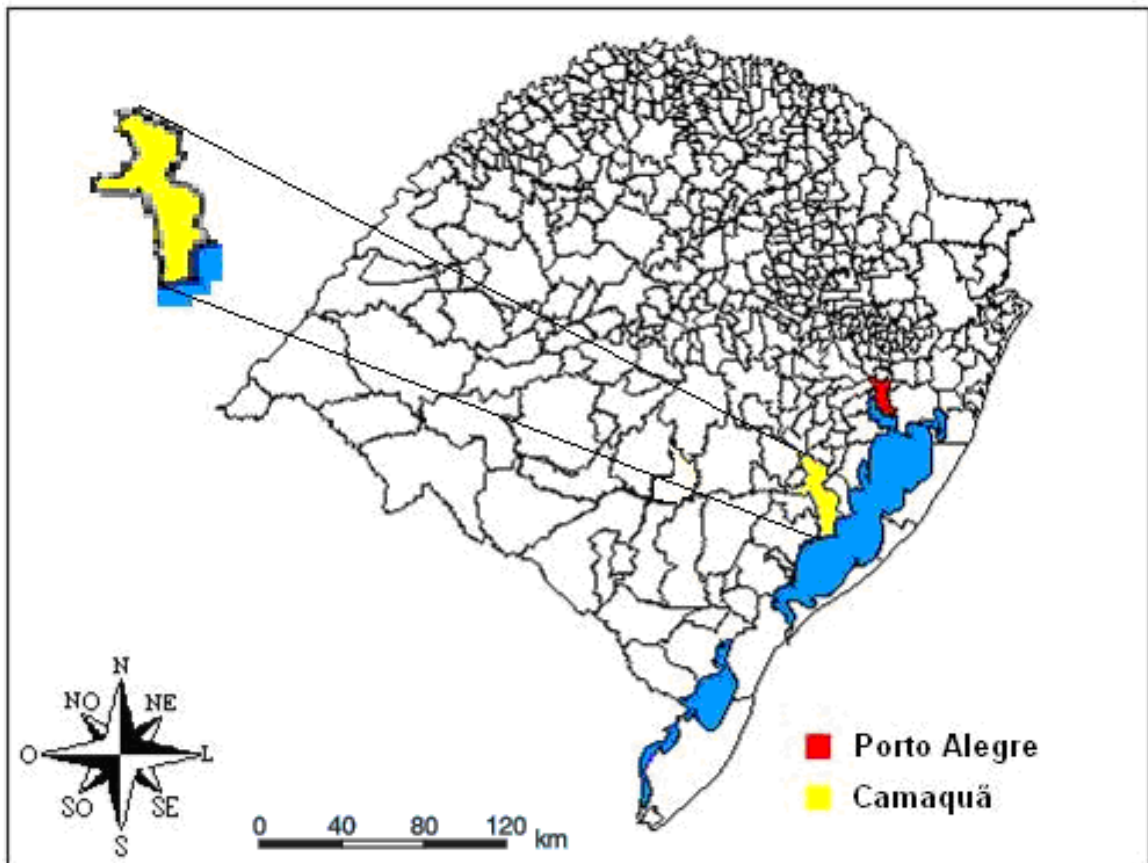


Figura 1 – Mapa de localização do município de Camaquã (RS)

Fonte: Elaborada pelo autor.

Uma característica peculiar é sua localização desde as margens da Laguna dos Patos (13 m de altitude) até os altos do Planalto Sul-rio-grandense, também denominado como Serra do Sudeste (400 m de altitude), isso resulta numa extrema variação das condições edafo-climáticas. Estas associadas aos diferentes padrões de ocupação do solo ocorridos em momentos históricos distintos, resultaram na coexistência de sistemas agrários bastante diferenciados dentro do próprio município (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2008). Destaca-se também uma ocupação bastante antiga nas planícies e no platô (principalmente devido aos sesmeiros, predomínio de portugueses e açorianos), e pouco mais recente nas encostas (com a chegada da colonização alemã e polonesa).

Pode-se destacar que os três distintos compartimentos do relevo (planície, encosta e planalto), associados aos padrões de ocupação das terras, resultaram em diferentes formas de exploração agrícola, ou seja três unidades de paisagem. Nas áreas de Planície há o predomínio da cultura do arroz altamente tecnificada e a

presença da exploração da bovinocultura de corte extensiva, nessas áreas, há uma grande concentração fundiária, predominam as grandes fazendas, e os arrendatários. Na encosta do Planalto encontram-se os pequenos produtores (agricultura familiar) dedicados à produção de tabaco e/ou aos policultores (milho, feijão...), destaca-se a abundante presença de recursos hídricos nessa área. No Planalto, repete-se a presença da agricultura familiar, fumicultores e policultores, mas também há a existência de grandes fazendas pecuaristas e silvicultoras. O município, assim caracteriza-se por uma agricultura diversificada e intensiva, seja patronal ou familiar, sendo ambas, aparentemente, com elevada produtividade.

1.1 PROPOSTA DO ESTUDO

O estudo insere-se na linha de pesquisa: “Dinâmicas socioambientais no espaço rural” do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), e faz parte de um programa maior - Programa Interdisciplinar de Pesquisa (PROINTER), um acordo de cooperação entre universidades brasileiras (UFRGS e UFPR) e francesas (Bordeaux II, Paris VII e Paris X), que analisam o desenvolvimento dos Municípios da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Essa região vem sofrendo crescente desaceleração econômica com reflexos sociais e ambientais importantes quando comparada a outras regiões do estado. Devido à extensão da área, surgiu a necessidade de focar, primeiramente, oito municípios (Figura 2): Arambaré, Camaquã, Canguçu, Chuvisca, Cristal, Encruzilhada do Sul, Santana da Boa Vista e São Lourenço do Sul (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2002).

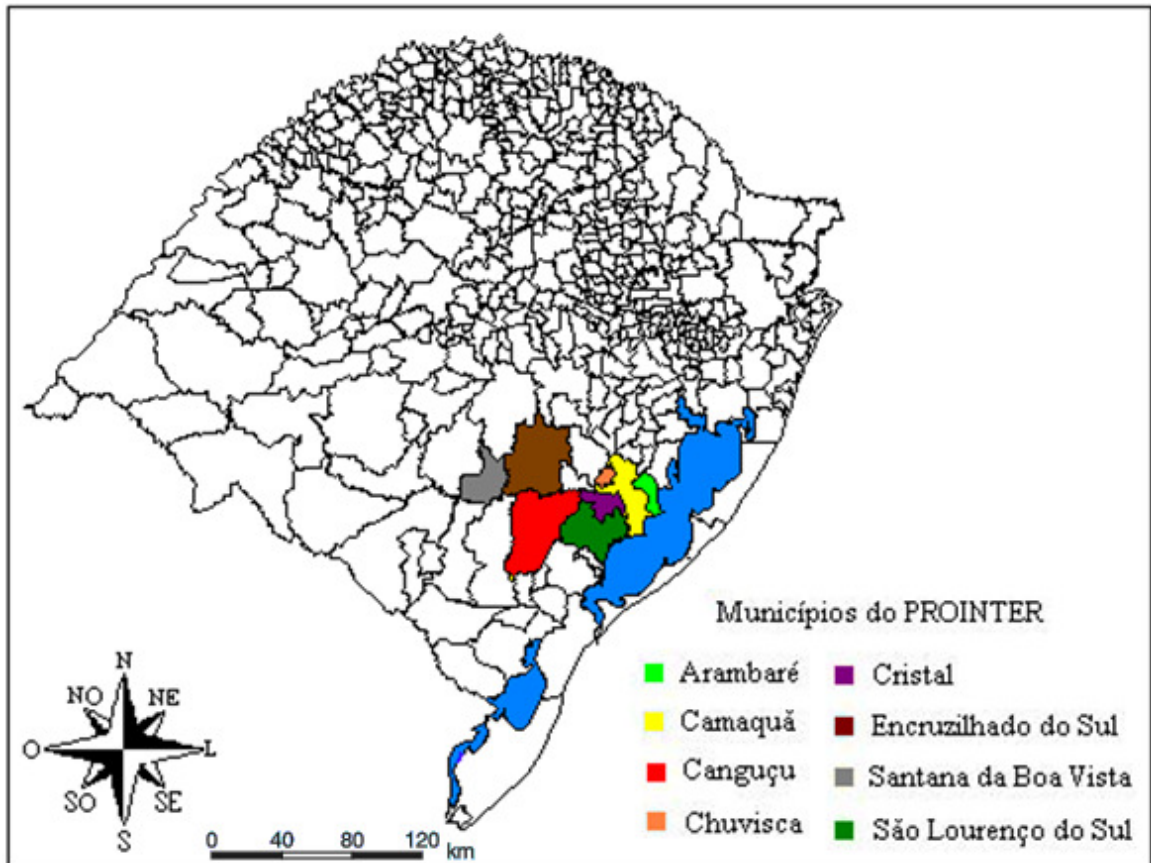


Figura 2 – Mapa dos oito municípios pertencentes ao PROINTER

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após análises e estudos preliminares realizados pelo grupo de pesquisa nos oito municípios supracitados, focalizando o que fora chamado de mapa de síntese, composto pelos indicadores de situação da apropriação privada do fundiário, situação econômica, situação técnico-agrícola, situação demográfica, situação do uso agrossilvopastoril do solo e situação geo-ecológico. Constatou-se que o município de Camaquã aparece como polo dessa área, em situação de dinamismo, dessa forma optou-se em trabalhar com ele, pois também é o maior produtor de tabaco entre os municípios do Prointer (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2002).

O Rio Grande do Sul é um Estado que teve sua história econômica e social fundamentada, principalmente, no desenvolvimento do setor agrícola, o qual, a partir da década de 1960, viu-se envolvido num intenso processo de modernização. Essa modernização, orientada com o exclusivo propósito de viabilizar o desenvolvimento da indústria no país, e subsidiada por uma política de farta

distribuição de crédito às atividades primárias, objetivando a geração de constantes e crescentes excedentes (ALMEIDA; NAVARRO, 1997; LEITE, 2001).

Juntamente com essa modernização dos processos agrícolas, surge a integração dos agricultores aos complexos agroindustriais, nos quais, os agricultores produzem o que lhe é mais rentável e que tenha a comercialização da sua produção garantida pela indústria, como é o caso do tabaco.

A atividade pecuária, historicamente a principal atividade dos municípios da Metade Sul do Estado, tem em geral mantida a integridade dos ecossistemas desses municípios. Mas a baixa rentabilidade dessa atividade, comparada às outras oportunidades oferecidas, foi e continua sendo, um importante fator que tem determinado a conversão dos campos em lavouras altamente mecanizadas (caso do arroz e soja), e no caso das pequenas propriedades percebe-se um avanço da fumicultura.

O complexo fumageiro do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1970 sofreu mudanças nas relações de produção que implicaram diretamente no processo de trabalho dos agricultores familiares. A centralização e desnacionalização das empresas fumageiras, ocorreu concomitante a um processo de modernização da agricultura em nível nacional, em que o uso de insumos modernos imprimiu um crescimento da produção e produtividade, mas repassou esses custos para os fumicultores (PRIEB, 2005, p. 27).

A maneira como a produção familiar se desenvolve está submetida às regras do capital, sendo assim, ela está inserida nas relações capitalistas de produção. Uma das primeiras culturas agrícolas com exclusiva finalidade comercial a se desenvolver no Rio Grande do Sul foi o tabaco. Esta produção se desenvolveu na pequena propriedade rural na qual há utilização da mão-de-obra familiar, pois no cultivo do tabaco se encontra limites para mecanizá-lo, o que inviabiliza sua produção em larga escala.

Os produtores familiares, temendo a sua eliminação no mercado viram-se obrigados a seguir as orientações ditadas pelas grandes empresas, no sentido de produzir mais e com qualidade, utilizando novas técnicas, tornando-os dependentes do fornecimento dessas técnicas e de insumos necessários ao plantio.

O tabaco no Brasil caracteriza-se pela grande utilização de mão-de-obra familiar, representando 92% do total de agricultores envolvidos no processo de

produção. Apenas 8% dos trabalhadores na cultura são contratados e em sua grande maioria de forma eventual (SCHUCH, 2003).

A vivência prática, conjugada à literatura consultada, aponta para o entendimento da especificidade da agricultura familiar e do processo agrícola do tabaco, desenvolvido em pequenas áreas (média de 2,6 hectares) das propriedades, na forma de integração vertical. Ainda que a agroindústria fomente incessantemente a produtividade, competitividade e progresso técnico na produção agrícola, o trabalho interno no estabelecimento é basicamente dirigido por familiares.

Como se pode observar na Tabela 1, Camaquã possui uma área considerável voltada para a produção de tabaco. Entre as culturas temporárias praticadas no Rio Grande Sul, a produção de tabaco movimentou em 2008 o montante de R\$ 2.114.657.000, ficando atrás somente da soja e do arroz que movimentaram respectivamente, R\$ 5.496.842.000 e R\$ 4.140.344.000 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008).

Tabela 1 – Lavoura e produção de tabaco (safra 2008)

	Área plantada (ha)	%	Produção em folha (ton.)	%
Camaquã	8.800	4,1	16.940	3,8
RS	215.683	100	445.507	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008).

É nesse contexto que se define o município de Camaquã (RS), como área de estudo para a pesquisa, tendo como perspectiva analisar as características da paisagem e sua ocupação, visando mapear as unidades básicas da paisagem das áreas fumicultoras deste Município, na tentativa de contribuir para que haja um maior planejamento quando se defini as áreas onde serão cultivados.

Nessa perspectiva formulou-se a questão precursora do estudo: Como as práticas agrícolas adotadas pelos fumicultores de Camaquã (RS), *transformam a paisagem* local, assim como, (podem) *implementam a constituição* de um *terroir* do fumo?

A partir dessa questão investigativa e das reflexões norteadoras, estruturam-se os objetivos que seguem.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos propostos definem o escopo do estudo e dividem-se em objetivo geral e objetivos específicos, apresentados a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

- Analisar a interrelação da paisagem com as práticas agrícolas na construção de um *terroir* do fumo no município de Camaquã.

1.2.2 Objetivos específicos

- Descrever e analisar a *ocupação geo-histórica* da produção do tabaco (formas de ocupação); (recorte temporal do estudo)
- Descrever e analisar o *perfil das unidades produtoras de tabaco*, no que se refere à estrutura fundiária e às técnicas e aos métodos de cultivo (práticas de cultivo, implementos agrícolas utilizados, métodos de conservação do solo, etc.);
- Identificar, caracterizar e mapear as *unidades de paisagem* onde estão localizadas as áreas de produção do tabaco;
- Analisar se há a constituição de um *terroir* de produção de tabaco nesse município a partir do estudo do contexto histórico agrícola, da organização social associada a esta produção e da localização dela em determinadas unidades de paisagem.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pretende-se através da observação da paisagem constatar e interpretar a dinâmica resultante da interação entre o potencial ecológico, a exploração biológica e a ação antrópica, para a definição e interpretação das unidades da paisagem das áreas fumicultoras e seu respectivo *terroir*.

Conforme a abordagem usada por Deffontaines (2001), cada uma das unidades da paisagem e seu respectivo *terroir* representam uma porção local, com dinâmica e funcionamento diferenciados, relacionando elementos da morfologia da paisagem e a ocupação do território através dos seus sistemas produtivos, em estreita relação com o contexto histórico.

Esta investigação trata-se de um estudo exploratório e descritivo com coleta e análise qualitativa de dados. A metodologia qualitativa, segundo Minayo (2001), preocupa-se menos com generalizações e mais com aprofundamento e abrangência da compreensão.

Conforme Verdum e Fontoura (2009), o método de análise da paisagem descritiva tem como base a descrição, sendo necessário à enumeração dos elementos presentes e a discussão das formas da paisagem. Assim, a análise geográfica estaria restrita aos aspectos visíveis do real e, essencialmente, a morfologia da paisagem. Dessa forma, para desenvolver o método de análise da paisagem que ultrapasse os limites de uma análise meramente descritiva, é necessário considerar, além das formas, as estruturas, as funções e as dinâmicas que a caracterizam e a diferenciam das demais na amplitude do espaço geográfico.

Acredita-se que ao fornecer dados compreensivos do universo de estudo, será possível entender as mudanças ocorridas na paisagem e se há ou não a implementação de um *terroir* do fumo no município de Camaquã.

1.3.1 População em estudo

O objetivo será trabalhar com agricultores residentes na área rural do município de Camaquã, mais especificamente os localizados nas áreas produtoras

de tabaco (possível “*Terroir* do Fumo”), buscando analisar um número significativo de famílias que desempenham a atividade fumageira. Segundo Ghiglione e Matalon (1997, p. 54), quando utilizamos métodos qualitativos, é inútil inquirir um grande número de pessoas, pois é raro vermos surgir novas informações após a vigésima ou trigésima entrevista.

1.3.2 Coleta de dados

A coleta de dados constar-se-á de observação dos indicadores visuais como a ocupação, as práticas, as estruturas, as relações e as formas de apropriações; de entrevistas semi-estruturadas com agricultores e informantes-chave do município; da análise documental, de fotografias e do mapeamento do meio. Pretende-se a partir dessa análise, produzir o Perfil e o Mapeamento das Unidades da Paisagem das áreas fumicultoras de Camaquã.

1.3.3 Análise dos dados

A análise dos dados está dividida em duas etapas: primeira, será realizada uma análise *in loco*, a fim de verificar a paisagem local, sua ocupação, as principais práticas, sempre acompanhado de mapas e fotografias locais; por fim realizar-se-á uma análise de conteúdo temático. Esta última consiste em descobrir os núcleos que compõem uma comunicação cuja presença ou freqüência sejam significantes para o objetivo analítico, ou seja, que a presença de determinados temas, denotem os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso.

Para desenvolver esta fase, serão seguidas as etapas proposta por Minayo (1992, p. 208):

- i) *A Pré-Análise*: o primeiro passo será escolher os documentos a serem analisados; retomando as questões norteadoras e os objetivos iniciais da pesquisa e reformulando-os frente ao material coletado;

- ii) *Exploração do Material*: a exploração do material consiste essencialmente na operação de codificação, ou seja, transformar os dados brutos visando alcançar a compreensão do texto. A primeira fase desta etapa será fazer um recorte do texto em unidades de registro que podem ser uma palavra, uma frase, um tema, uma personagem ou um acontecimento. Em segundo lugar, escolheremos regras de contagem, para a construção de índices que permitirão alguma forma de quantificação. Por último, realizaremos a classificação e a agregação dos dados, escolhendo as categorias teóricas ou empíricas que comandarão a especificação dos temas;
- iii) *Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação*: os resultados encontrados nas etapas anteriores serão submetidos à operação estatística simples, que permitirão distinguir as informações obtidas. A partir daí passaremos a discutir os resultados e interpretá-los conforme o quadro teórico, ou abriremos outras pistas em torno de dimensões teóricas sugeridas pela leitura do material.

1.4 PROPOSTA PARA A ANÁLISE DE PAISAGEM

A proposta é identificar, caracterizar e mapear as unidades de paisagem onde estão localizadas as áreas de produção do tabaco, no município de Camaquã, Rio Grande do Sul – Brasil. Com o aporte da categoria de análise espacial – paisagem – pressupõe-se caracterizá-la a partir de um referencial que auxilie na compreensão das diferentes Unidades de Paisagem (UP) que a compõem. Neste sentido, é fundamental definir as diferenciações entre as Unidades de Paisagem, nos municípios, que podem ser baseadas em quatro critérios, conforme destaca Verdum et al. (2008): *forma, função, estrutura e dinâmica*.

A *forma* é o aspecto visível de uma determinada paisagem, ou seja, nesse estudo são os aspectos da paisagem que podem ser facilmente reconhecidos em campo (observação *in loco*) e pelo uso dos produtos do sensoriamento remoto (fotos aéreas e imagens de satélite), ou seja, e o aspecto morfológico, a presença d'água,

a cobertura vegetal e a ocupação das terras. Todas as formas possuem diferenças, quando nos referimos ao ponto de vista de suas dinâmicas como, também, da possibilidade de apropriação e uso social, sendo isto, a sua função.

Portanto, a *função* compreende-se pelas atividades que, foram ou estão sendo desenvolvidas e que se apresentam materializadas (“marcas”) nas formas criadas pela ação antrópica (benfeitorias, atividades agrícolas...) e, que também, são reconhecidas numa observação *in loco* e/ou pelos produtos do sensoriamento remoto.

A *estrutura* é um critério que não pode ser dissociado da forma e da função, esta revela os valores e as funções dos diversos objetos que foram concebidos em determinado momento histórico. Sendo assim, é a estrutura que revela a natureza socioeconômica dos espaços construídos e, que de certa maneira, interfere nas dinâmicas da paisagem anteriores a essas intervenções sociais.

A *dinâmica* é o movimento contínuo que se desenvolve gerando diferenças entre as unidades de paisagem, tanto nas estruturas resultantes dessa dinâmica no tempo, na sua continuidade e na sua mudança. O tempo (geológico e histórico) revela o movimento do passado ao presente e este em direção ao futuro desta UC. Neste caso, as dinâmicas de cada unidade de paisagem, revelam para a sociedade significados que podem ser reconhecidos pelas formas e estruturas que estão associadas às intervenções humanas já feitas nessa área do Município.

Assim, é fundamental o reconhecimento das diversas dinâmicas das Unidades de Paisagem, assim como as conexões existentes. Portanto, pretende-se com essa leitura, mostrar que esta área produtora de tabaco, tem suas características próprias, ou seja, pode ser reconhecida pelas suas formas, funções, estruturas e dinâmicas.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além deste capítulo de introdução, onde se estabelece a visão contextual da pesquisa, sendo este articulado pelos sub-itens: proposta do estudo, objetivos da pesquisa, procedimentos metodológicos, proposta para análise de paisagem e

estrutura da dissertação, faz parte do arcabouço deste trabalho mais quatro capítulos.

Mais especificamente no capítulo 2, se apresenta os elementos para a análise teórico-metodológica que serão utilizados para as análises e interpretações realizadas neste estudo. Neste capítulo será apresentada a importância de se utilizar as escalas em um estudo de paisagem, assim como será realizada uma discussão da interrelação – práticas agrícolas e paisagem, por fim, será abordado o tema do *terroir* e suas implicações no estudo.

O capítulo 3 se resume na análise da unidade de paisagem das áreas produtoras de tabaco, contém uma descrição dessa unidade e como se deu a expansão da fumicultura, apresentando suas técnicas e métodos de cultivo.

No capítulo 4 trabalha-se especificamente se há a constituição de um *terroir* de produção de fumo no município de Camaquã, a partir do estudo do contexto histórico agrícola, da organização social associada a esta produção, assim como, aborda-se como é a relação desse cultivo com os aspectos ambientais.

O capítulo 5 apresenta as considerações finais da dissertação, onde são retomados os objetivos da pesquisa e se tecem as análises sobre os principais resultados. Integra também esse capítulo as principais limitações encontradas, bem como se elaboram sugestões para trabalhos futuros.

2 PAISAGEM, PRÁTICAS AGRÍCOLAS E *TERROIR*: ELEMENTOS PARA ANÁLISE TEÓRICO–METODOLÓGICA

O termo paisagem sempre esteve presente na Geografia, mesmo assim a utilização do conceito de paisagem na pesquisa tem recebido contínuas críticas, isso devido à carga de subjetividade do conceito.

A busca por uma metodologia, que traduza as reais necessidades de se conhecer e explicar a complexidade do espaço geográfico¹ e o funcionamento da natureza é de fundamental importância. Dessa forma, é na noção de paisagem que os cientistas têm encontrado subsídios necessários para a compreensão global da natureza.

Portanto os cientistas da paisagem devem apreendê-la de uma forma que demonstre sua viabilidade e importância científica. Confirmando isso, Bertrand (1971, p. 2) afirma que, “[...] estudar uma paisagem é antes de tudo apresentar um problema de método”.

A paisagem não é uma simples adição de elementos geográficos, mas sim, é fruto de uma combinação dinâmica dos elementos físicos, biológicos e antrópicos, onde, apresentam-se como um mosaico², no qual se materializam as relações estabelecidas entre o homem e o ambiente (BERTRAND, 1971). A paisagem transcende o aspecto visual e mostra-se diferenciada numa escala de tempo e espaço, e seu estudo pode ser o ponto de partida para o entendimento racional de um processo mais amplo e abrangente, envolvendo a sociedade e a natureza.

Richthofen e Smuts (apud VERDUM et al., 2008) compreendem a natureza como um conjunto de elementos globais e integrados expressos na paisagem, e o homem, como um ser biológico e social. A relação Sociedade-Natureza busca entender a relação entre duas ciências (humanas e naturais), rompendo-se assim com a compreensão do homem, exclusivamente, como ser natural, portanto, o

¹ Para Verdum (2008) é o resultado das formas de como a sociedade organiza sua vida e formas de produção.

² Os mosaicos da paisagem estão na escala humana, medidos em km até milhares de km. As paisagens, regiões ou continentes são três escalas diferentes de mosaicos, mas o que causa a heterogeneidade da estrutura de um mosaico são as reações e eventos que ocorrem no sentido de atingirem um maior grau de entropia, ou seja, desorganização. Portanto, se não houver entrada de energia, a tendência é que, com o passar do tempo, a paisagem torna-se homogênea. Então, o que viabiliza a heterogeneidade (os mosaicos) da paisagem é a entrada de energia, seja na forma de energia luminosa captada pelos diferentes vegetais; na forma de energia mecânica imposta pelos terremotos e ventos ao relevo e ao clima ou mesmo na forma de energia transformada pela ação antrópica (entre elas a prática agrícola) (FORMAN,1997).

estudo de um determinado “lugar” - apresenta-se carregado de culturas dos diferentes povos e comunidades.

Dessa forma, reconhece-se que a cultura humana é cada vez mais ampla e diversificada, sendo ela carregada de elementos técnicos que permitem modificar e transformar a natureza, esses expressos na paisagem.

A discussão da noção de paisagem e sua evolução para compor um método de análise da paisagem foram à base, no Brasil, para os esforços de análises integradas na tentativa de articular o maior número possível de correlações dos diferentes atributos na estrutura de uma paisagem (MONTEIRO, 2001).

Monteiro (2001) afirma que o debate em torno do conceito “geossistema” no Brasil está ainda em andamento. Afirma ainda, que o tratamento geossistêmico visa à integração das variáveis naturais e antrópicas, assumindo papel primordial na estrutura espacial que conduz ao esclarecimento do estado real da qualidade do ambiente diagnosticado. Sendo assim, representa uma análise de tempo e espaço integrada das inter-relações sociedade e natureza na construção da paisagem.

[...] a paisagem é vista de um modo bem mais dinâmico porquanto não ignora as relações, seus feed-backs e interações, de modo a configurar um verdadeiro “sistema” onde as áreas pertinentes a ela estão muito além das formas e aparências assumidas pelos elementos, sendo capazes, até mesmo de provocar importantes reações em áreas distantes. Isso decorre do fato: o homem é considerado na paisagem como qualquer outro elemento ou fator constituinte do sistema paisagem (geossistema) por que ele desempenha aqui um papel realmente ativo (MONTEIRO, 2001, p. 97).

O fato da análise integrada da paisagem, considerar a dimensão natural e social dos sistemas paisagísticos, possibilita avaliar como acontece a interação sociedade e natureza nos diferentes espaços, ou seja, como as práticas agrícolas adotadas, interferem na formação/transformação da paisagem, assim como ajudam a implementar um *terroir*.

2.1 A IMPORTÂNCIA DAS ESCALAS NO ESTUDO DE PAISAGEM

O estudo dos processos sejam eles sociais e/ou naturais exige uma abrangência de espaço e tempo, isso leva a se pensar por escala em suas dimensões *espacial e temporal*.

Quando se pensa em escala geográfica, deve ser considerada a dimensão espacial dos processos. Na escala temporal, a abrangência é quanto ao tempo, ou duração dos processos (rápido/lento, ritmo e intensidade).

Neste item, trata-se à importância das escalas espacial e temporal no estudo de paisagem, sendo que, em qualquer estudo, precisamos integrá-las, investigando suas relações.

Monteiro (2001), assim como Bertrand (1971) que já havia feito, chama atenção para a necessidade de coerência entre a problemática da pesquisa e a base metodológica, ele considera básica a determinação do recorte de escala temporal e espacial no estudo de paisagem. O estudo das mudanças temporal e espacial da paisagem é fundamental, pois além de orientar no planejamento da mesma, ele auxilia na conservação da biodiversidade, assim como, subsidia e orienta o manejo dos ecossistemas.

As escalas temporal e espacial, assim como as formulações de modelos apropriados variam consideravelmente com o processo e a questão em interesse no estudo. Por exemplo, a paisagem relevante para se estudar processos de microorganismos no solo será muito menor do que a paisagem usada no estudo do impacto dos aerogeradores (cata-ventos) no Rio Grande do Sul.

A definição da escala adequada é um ponto fundamental na análise da paisagem. A sua importância foi amplamente reconhecida na ecologia, apenas nos anos de 1980, ficando claro que o estudo de cada fenômeno exigia uma abordagem com escala (temporal e espacial) e nível hierárquico (indivíduo, população e comunidade) (IMAI; GALO, 1998).

A principal contribuição dessa definição foi demonstrar que as conclusões de uma determinada escala, não eram totalmente aplicáveis em outras escalas. Por exemplo, não podemos aplicar as conclusões obtidas em uma análise realizada na paisagem Amazônica (homogeneizada), para uma determinada aérea em particular, no interior dela. Pois se caracteriza a escala por *grão* e *extensão*, fazendo uma

analogia com uma fotografia, Amai e Galo (1998) explicam que: o *grão* seria a resolução da foto, portanto quanto menor o grão, maior é a resolução; já a *extensão* representa o quanto a foto é capaz de capturar da paisagem. Sendo assim, quando se ganha em extensão, perde-se em resolução.

2.2 PRÁTICAS AGRÍCOLAS E PAISAGEM

Nos últimos anos a ação antrópica (atividade humana) tem sido fator importante na transformação das paisagens global, desde então, muitos estudos têm sido realizados com base nesta consideração.

Conforme Forman (1997), as mudanças ocorridas na paisagem são resultados de interações dos fatores socioeconômicos (antrópicos) e ambientais (físicos). Dessa forma, as atividades humanas (aqui em específico às práticas agrícolas) em resposta aos fatores socioeconômicos, definem os padrões de uso da terra e recursos naturais, transformando as paisagens em função da cultura rural, assim como, dos diferentes tipos de tecnologia aplicada nas práticas agrícolas (Figura 3).



Figura 3 – Resultado da ação antrópica na paisagem local

Fonte: Pesquisa de campo, foto do autor (2010).

Percebe-se a partir de uma análise da paisagem, que o meio rural tem em seu território uma ligação com as práticas aplicadas. Para Deffontaines (2001), a paisagem torna-se um fator de produção agrônômica do qual o agricultor é o produtor de formas, e a agricultura é uma atividade sobre o meio físico, onde as técnicas ligadas às práticas agrícolas exercem transformações na paisagem, ou seja, entende que a paisagem produzida/transformada pelo agricultor é resultado de suas práticas.

No meio rural se constrói relações sociais e ele se transforma em um espaço de vida único, devido aos laços de parentesco e vizinhança. Esse espaço é habitado e transformado pela agricultura, identidade do seu lugar, ou seja, dando-lhe um sentido de pertencimento (WANDERLEY, 2000).

É nesse sentido que o rural contemporâneo começa a ser pensado como territórios do futuro, e apresenta-se como uma reconstrução, ressignificação do

espaço rural (FERREIRA, 2002). Onde, o rural torna-se um espaço de vida e trabalho, uma paisagem ecológica e cultural de desejo e projetos de vida.

O rural possui uma interrelação com as práticas agrícolas presentes, que pode ser facilmente identificada numa análise de paisagem. Essa relação, conforme Deffontaines (2001) são expressas na Figura 4 e compiladas nas seguintes explicações: *i)* a paisagem influencia as práticas, ou seja, a aptidão agrícola dos terrenos (relevo, fertilidade do solo, etc.) influencia as práticas que os agricultores desenvolvem; *ii)* paisagem é suporte das práticas agrícolas; e *iii)* as marcas que resultam das práticas formam/transformam as paisagens rurais, portanto, a paisagem é o resultado das práticas agrícolas.

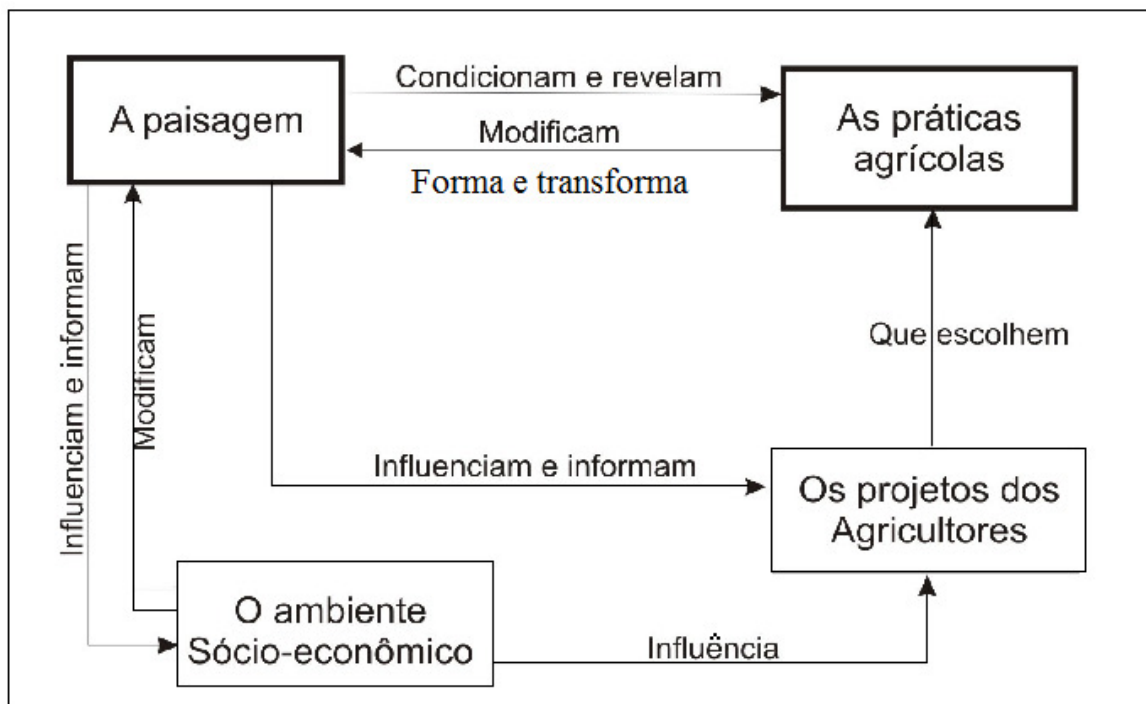


Figura 4 – Modelo da relação da paisagem e práticas agrícolas

Fonte: Adaptada de Deffontaines (2001, p. 210).

Desse modo, Deffontaines (2001, p. 209) define a paisagem como:

[...] uma parte de um território, visível por um observador, onde se inscreve uma combinação de fatos e interações, onde só se vê em determinado momento o resultado global - sobre uma relação simplificada entre atividade agrícola e paisagem.

Na busca de analisar as interações entre as paisagens e as práticas agrícolas, Deffontaines (2001) julga importante o diálogo da agronomia com demais disciplinas, fazendo-se estudos das representações coletivas e das percepções de cada indivíduo. Nesse sentido, o agricultor é também produtor de formas, e se ele as produz, a agricultura resulta não somente dos processos técnicos, mas também, da maneira que o agricultor pensa suas atividades com relação ao ambiente, ou seja, o agricultor percebe a paisagem e constrói uma ideia a respeito (percepção da paisagem), representando-a conforme sua abordagem visual, ou seja, de acordo com sua construção/noção da paisagem, como diria Deffontaines a paisagem é, nesse sentido, *vue et vécue* (vista e vivida).

Busca-se então, outras formas de conhecimento, outras formas de relação com o ambiente, e novamente Deffontaines (2001), aponta para uma maior interação entre as práticas agrícolas desenvolvidas pelos agricultores (*savoir faire*), e as tecnologias desenvolvidas em laboratórios.

Ele sugere isso, baseado em na experiência em estudos desse caráter, ele afirma que as práticas devem sempre estar estáveis com às estruturas de produção, que em sua grande maioria, estão em constante mudança, desse modo, refuta-se a ideia de que os sistemas de produção padronizados, podem ser reproduzidos em qualquer situação. Sendo assim, é relevante o estudo das práticas para que se possa conhecer as motivações para a escolha de como, quanto e para que produzir. Isto é, a análise das práticas, do “*savoir faire*” a partir da análise das percepções e representações dos agricultores.

Deffontaines (apud FLORIANI, 2007) enfatiza que o modo de fazer ciência, baseado na importância do quantitativo está em crise e precisa ser repensado, sugere que os pesquisadores deem mais importância à interpretação qualitativa dos fenômenos naturais, incluindo as percepções e representações dos envolvidos no estudo, assim como, as do próprio pesquisador. Abre-se então, espaço para a subjetividade, a paisagem passa a ser interpretada e valorada, ganhando espaço dentro do universo científico.

Para Frémont (1999), deve-se analisar a paisagem em todos os aspectos, devemos dar atenção às percepções daqueles que vivem e olham o espaço, pois o espaço vivido, em toda sua complexidade e aparece como revelador das realidades regionais em todos os componentes, seja eles administrativo, econômico, histórico

ou ecológico. A paisagem é um espaço vivido que é visto, percebido, amado ou rejeitado, sendo plenamente transformada pela sociedade (FRÉMONT, 1999).

É possível a partir da análise das percepções dos indivíduos, serem estabelecidos alguns pontos de comparação entre o conhecimento popular e científico, possibilitando uma extensão que valorize a interlocução entre agricultores e técnicos, que compreenda os processos “cognitivos” do produtor (HOEFLE et al. 2002).

Floriani (2007), afirma que a realização de diagnósticos do meio ambiente que contemplam o diálogo de saberes (sociedade e natureza), justifica-se quando o resultado produz novos conhecimentos e apresenta práticas diferentes, alternativas ao modelo contemporâneo predatório, instaurado pela economia de mercado e pelo produtivismo exacerbado.

Portanto em áreas de difícil aptidão agrícola, deve-se evitar falar da noção convencional de “vocação agrícola”. Nos zoneamentos convencionais não   analisado as especificidades locais, muito menos a diversidade de tipos de agriculturas, sempre lembrando que são as práticas exercidas sobre o espaço que resulta a nossa diversidade de paisagens.

2.3 O QUE   *TERROIR* E SUA APLICAÇÃO NO ESTUDO DE PAISAGEM?

Uma forma de analisar a interrela o práticas agrícolas e paisagem   através da identifica o dos *terroirs*, essa pode basear na caracteriza o dos atributos biofísicos da paisagem valorizados pelos agricultores, pois nestes atributos estão compreendidas suas práticas de paisagem. Dessa interrela o prática agrícola + paisagem, resulta-se os *terroirs*, que segundo Sautter e Pélissier (1964) caracterizam-se pela importância de suas formas singulares, onde está expressa a riqueza dos mesmos, resultado das características naturais e do conhecimento local.

Aqui se fará uma discussão entre autores que debatem o conceito de *terroir*, no o de agroecossistema, largamente difundida na França, que subentende a valoriza o e transforma o da produ o para agregar o máximo de valor aos produtos e funciona como um instrumento de relacionamento dos produtos locais, no mercado mundial (associa o de um produto a uma região).

A procura de um significado único tornou-se problemática para os estudiosos do *terroir* pelo fato da questão abarcar sob o mesmo tema diferentes concepções e sentidos, variando do científico ao comercial, das ciências da terra às ciências humanas. Muitas vezes esta tarefa também é dificultada por este ser discutido, a partir da vinculação com a disciplina científica do observador que o dirige, conforme um uso específico.

Em quase todas as áreas do conhecimento científico há um constante aperfeiçoamento e ressignificação de palavras e conceitos na busca de uma melhor qualidade explicativa. O *terroir* surge na literatura internacional como uma destas palavras não dotada de uma discussão própria, sendo que conforme aponta Blume (2008), o mesmo é de recente interesse à investigação acadêmica, posto que as publicações sobre o tema passam a se concentrar principalmente, a partir do início da década de 1990.

Conforme aponta Blume (2008), essa pluralidade em torno do assunto tem atraído para o debate diferentes profissionais e pesquisadores como, geógrafos, agrônomos, administradores, economistas entre outros. Esta multidisciplinaridade tem implicado em diferentes reflexões, privilegiando, por vezes, determinados aspectos ligados ao campo de estudo do observador, mas nota-se que também é crescente o encontro entre as diferentes áreas, na busca de um consenso para a universalização do termo.

Para Salette (1998), o *terroir* implica em um conjunto de ações e de técnicas conduzidas por homens, uma produção agrícola e um meio físico a ser valorizado em produto ao qual ele confere uma originalidade particular. Dois *terroirs* diferentes produzirão dois produtos diferentes.

O conceito descrito acima é utilizado, principalmente, para uma abordagem na área de administração, porém, o conceito que se adota num estudo de paisagem surge fortemente com Sautter e Pélissier (1964), quando propuseram um estudo das estruturas agrárias da África Intertropical e do Saara, denominado “*Pour un atlas des terroir africains*”.

Por *terroir* os autores supracitados compreendem “[...] a porção de território apropriado, gerenciado e utilizado pelo grupo que aí reside e daí tira seus meios de existência” (SAUTTER; PÉLISSIER, 1964, p. 57). Esse termo só faz sentido na medida em que o solo é o objeto de uma exploração agrícola, nesse sentido, o *terroir* surge do trabalho, das técnicas de adaptação à paisagem, por uma

determinada população, e seu estudo requer considerar as técnicas e o meio social onde são gerados (CARTIER, 2004).

Dando sequência a essa noção, alguns anos mais tarde, Deffontaines e Petit (1985), afirmaram que o termo *terroir* serve antes de qualquer coisa para designar

[...] uma porção de um território de uma região, que são totalmente ou em parte localizáveis, entre as explorações agrícolas e seus utilizadores de espaço, relação que tem influência sobre os sistemas de produção e sua evolução [...] é um lugar no interior do qual se manifestam restrições ou vantagens particulares ao desenvolvimento de atividades agrícolas. (DEFFONTAINES; PETIT, 1985, p. 10).

Dessa forma é através da observação da paisagem que podemos distinguir os diferentes *terroirs* dentro de um determinado município, ou seja, observando os diferentes aspectos das atividades agrícolas nas unidades de paisagem.

Os recortes possíveis da paisagem representam diferentes detalhamentos no nível da parcela, assim como ao se distanciar, o observador percebe os recortes relacionados aos grandes compartimentos da paisagem, diminuindo a escala de observação. Entre estes recortes pode-se distinguir o *terroir*, onde aparecem os diversos componentes da paisagem: as condições do meio, as coberturas vegetais, os dispositivos mais ou menos perenes que marcam a ocupação o território e as marcas das práticas agrícolas que diferenciam os grandes sistemas agrários desenvolvidos (VERDUM, 2004, p. 40).

A diversidade dos tipos de *terroirs* tem como origem os diversos fatores externos e internos a este e eles se dividem de maneiras diferentes dentro de um território.

Observando a paisagem atual, podemos ver as particularidades dos diversos componentes paisagísticos em diferentes escalas, para uma leitura da paisagem, Deffontaines (2001) propõe a utilização de no mínimo três diferentes escalas o que possibilita fornecer elementos descritivos e explicativos da situação atual da agricultura, assim como dados de reflexão sobre o seu futuro e impactos sobre a paisagem.

As três dimensões de observação de paisagem para definir os *terroirs* através de escalas são: *i) visão global* – uma visão panorâmica da paisagem, do todo que se vai estudar, podemos observar que existem diversos tipos de agricultura em relação às localizações geográficas que são semelhantes, porém com diferentes *terroirs*; *ii) parcela dos terroirs* – são os conjuntos fisionômicos de centenas de hectares, dentro dos quais as marcas das atividades agrícolas são presentes nos aspectos particulares. Nessa escala podem-se observar os variados componentes da paisagem (condições meio físico, cobertura vegetal, limites e potencialidades do relevo, diferentes práticas agrícolas para transpor os problemas de acesso...), esses componentes fornecem informações sobre os diferentes aspectos do sistema agrário; *iii) unidade de produção* – nessa escala de observação permite formular um diagnóstico preciso sobre as práticas agrícolas que forem usadas na propriedade em uma determinada época e nem sempre esta sendo utilizada mais. Nessa escala podemos visualizar as práticas agrícolas, que representam a chave para conhecermos os sistemas de culturas e de criação.

Nessa forma de análise de *terroir* está o princípio da leitura da paisagem para enxergarmos o todo, por exemplo, em uma leitura de paisagem de um município o todo, equivale ao município.

Sendo o *terroir* um nível de observação capaz de referenciar as práticas agrícolas e suas marcas sobre a paisagem (INSTITUT NATIONAL DE LA RECHERCHE AGRONOMIQUE, 1995), o que identifica e caracteriza-os são as marcas das práticas agrícolas sobre a paisagem (meio físico).

Os recortes possíveis na paisagem representam diferentes pontos de vista do observador que, tanto pode se aproximar, aumentando a escala, resultando detalhes do nível da parcela, assim como se distanciar e proceder recortes relacionados as grandes estruturas da paisagem, diminuindo a escala de observação. Entre estes dois recortes pode-se diferenciar o *terroir*, onde aparecem os diversos componentes da paisagem, quer seja, as condições do meio, as coberturas vegetais, os dispositivos mais ou menos perenes que marcam a ocupação do território e as marcas das práticas agrícolas que diferenciam os grandes sistemas agrários desenvolvidos (DEFFONTAINES, 1995).

Deffontaines (1995, p. 34) sugere uma seqüência de etapas a fim de colaborar na definição do espaço:

[...] para a observação nesse nível de detalhe, utiliza-se uma grade de análise visual que reagrupa os diversos componentes dos elementos da paisagem: a) o meio físico (morfologia, exposição, encosta, microrrelevo, sinais exteriores, condições hídricas, etc); b) os dispositivos (traços permanentes das práticas agrícolas, os limites, os caminhos, os terraços, etc); c) as coberturas (ocupações do solo, vegetais e animais); d) o ambiente paisagístico que o envolve. (DEFFONTAINES, 1995, p. 34).

Considerando que os agricultores causam mudanças nas formas da paisagem, é importante que o pesquisador ao final do estudo elabore um esquema representativo das variáveis espaciais e temporais que marcam as transformações da paisagem agrícola cultivada pelos agricultores, a fim de caracterizar o comportamento evolutivo dos diferentes *terroirs*.

3 UNIDADE DE PAISAGEM DA ÁREA PRODUTORA DE TABACO EM CAMAQUÃ/RS

Como se pode observar na Figura 5, no município de Camaquã identifica-se duas grandes Unidades de Paisagem: UP Planície Costeira e UP Encosta do Planalto. Na primeira UP ocorre o predomínio do cultivo de arroz irrigado e da pecuária extensiva, ambos desenvolvidos em grandes propriedades (acima de 200 hectares em média); na segunda UP, encontram-se as pequenas propriedades (em torno de 25 hectares em média) colonizadas principalmente pelos pomeranos, onde predomina o cultivo do fumo, e é nessa UP que irão se concentrar as análises desse estudo.

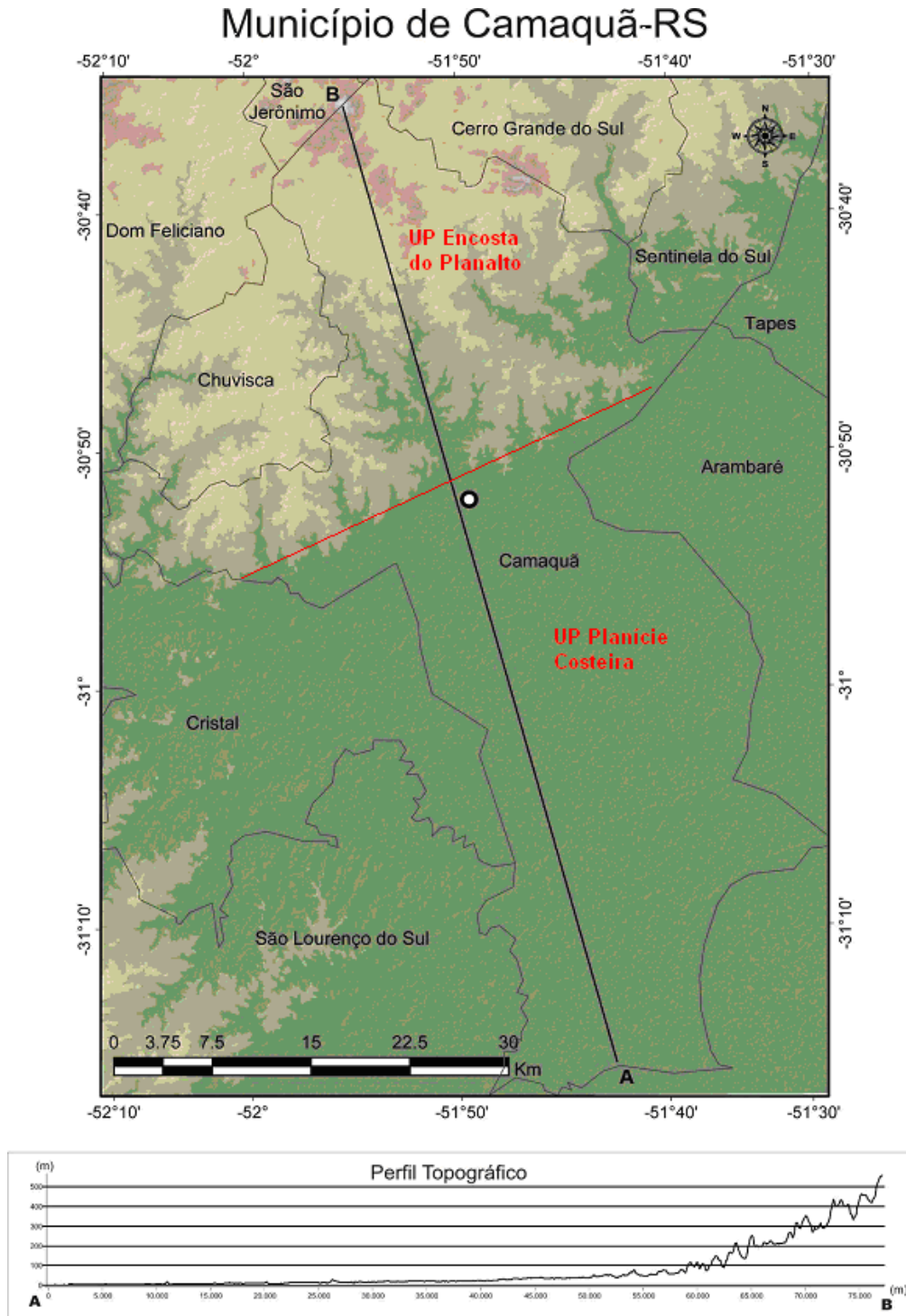


Figura 5 – Perfil topográfico do município de Camaquã, identificando as duas grandes Unidades da Paisagem

Fonte: Adaptada pelo autor (2010).

Para a definição da Unidade de Paisagem da área produtora de tabaco em Camaquã, foram utilizados os seguintes critérios: *formas, funções, estruturas e*

dinâmicas, como também, um conjunto de técnicas e bases de informações, tais como: os estudos dos elementos que caracterizam a Unidade de Paisagem (relevo, solo, vegetação, ocupação e uso da terra), as observações, os registros de campo e os questionários aplicados junto à população residente nessas áreas.

A partir dessa sistemática, se estabeleceu a Unidade de Paisagem, definida a partir dos seguintes níveis hierárquicos conforme Verdum et al. (2008):

1. Primeiro nível hierárquico: nesse nível de diferenciação das Unidades da Paisagem se leva em consideração as características que lhe são atribuídas, sendo que essas são apresentadas em função da altimetria e dos compartimentos do relevo, o platô e o seu rebordo (onde se encontram as nascentes do arroio Duro), a encosta (parte da bacia hidrográfica do arroio Duro) e as menos elevadas (início da encosta);
2. Segundo nível hierárquico: se leva em consideração as diferentes estruturas e funções que caracterizam as intervenções produzidas pela ação antrópica (práticas agrícolas, benfeitorias...)

Foi a partir desses níveis hierárquicos e seus respectivos critérios que se definiu a Unidade de Paisagem (UP) da área produtora de tabaco do município de Camaquã, Figura 6:

Encosta do planalto

- cobertura vegetal: mata, capoeira e banhado;
- atividades socioeconômicas: predominância da agricultura familiar (fumicultura, policultivos como feijão, milho, aipim...).

Parcela de campo nativo utilizada, utilizada para a atividade de pecuária.



Figura 6 – Unidade de Paisagem Encosta do Planalto (Serra)

Fonte: Pesquisa de campo, foto do autor (2010).

Ao se avaliar as formas existentes na paisagem da figura 6, distingue-se uma grande unidade de relevo: (A) coxilhas (colinas). Essa unidade é descrita a seguir:

A – Relevo de coxilhas, com um segmento convexo (com afloramento de rochas e solos rasos) e outro côncavo (solos mais profundos e úmidos).

Avaliando-se as diferentes funções relativas às atividades humanas presentes na paisagem, distinguiram-se nove tipos, descritos a seguir.

- 1 – Capões de eucalipto com principal função de base energética para as estufas de cura e secagem do tabaco (produção de lenha), matéria-prima para cercas, quebra-ventos.
- 2 – Parcelas das lavouras de tabaco, também utilizadas para o cultivo de milho, feijão, batata entre outros cultivos temporários.
- 3 – Parcela do terreno utilizado para produção de pastagem artificial, que é fornecida ao rebanho bovino leiteiro.

- 4 – Residência de uma família de agricultores familiares.
- 5 – Lavouras com milho para abastecimento do estabelecimento rural e comercialização do excedente (safra pós-colheita do tabaco).
- 6 – Parcela do terreno utilizada para a atividade de pecuária, com pastagem artificial (pós-colheita do tabaco).
- 7 – Parcela de campo nativo, utilizada para a atividade de pecuária.
- 8 – Parcela de mata nativa com diversas espécies de diferentes estratos vegetais, que serve de abrigo para vida silvestre, caça e a extração vegetal.
- 9 – Capoeira, parcela em pousio onde já se percebe a recomposição de diversos estratos vegetais.

Através dessa leitura da paisagem, pode-se afirmar que neste estabelecimento rural, as funções de exploração agrícola são potencializadas. Ele está inserido em uma economia especializada que serve aos interesses do mercado global, através da utilização de recursos técnicos, como é o caso da maioria dos estabelecimentos rurais da Unidade de Paisagem Encosta do Planalto.

No sub-capítulo a seguir será descrito e analisado o perfil da UP produtora de tabaco, no que se refere à estrutura fundiária, às técnicas e aos métodos de cultivo (práticas de cultivo, implementos agrícolas utilizados, métodos de conservação do solo, etc.)

3.1 UNIDADE DE PAISAGEM ENCOSTA DO PLANALTO – “SERRA”

Nesta etapa, buscou-se definir e caracterizar a UP Encosta do Planalto, pondo em evidência as suas principais características históricas, sociais, econômicas e ambientais. Na primeira aproximação dessa área de estudo, foram utilizadas fontes secundárias como mapas geológicos e de solos, arquivos, recenseamentos, relatórios de pesquisa, entre outros. Em seguida, realizou-se a leitura da paisagem para identificar as heterogeneidades e os contrastes, buscando relacionar o modo de exploração agrícola, com as características físicas desta área. Finalizando, com as entrevistas junto a informantes-chave locais (antigos

agricultores, representantes de organizações, técnicos...), com eles buscou-se resgatar a evolução histórica da agricultura local. Foram entrevistados 20 fumicultores, dois instrutores (técnicos das fumageiras), um representante da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), e um representante da Emater/RS-Ascar. Sem contar as várias conversas informais, durante o período de estadia para realização da pesquisa no Município.

A Unidade de Paisagem Encosta do Planalto se caracteriza pelo predomínio de estabelecimentos agrícolas familiares que têm sua origem no processo de colonização (alemães e poloneses) ocorrido a partir do início do século XX (observe-se na Figura 7) e que, em sua maioria, implementam a cultura comercial do tabaco. Também denominada pelos habitantes do município de “Serra”, esta UP localiza-se sobre o Escudo Cristalino Sul-rio-grandense (Planalto Sul-rio-grandense), uma formação geotectônica de terrenos cristalinos bastante desgastados com altitudes que variam de 200 a 400 metros, caracterizando uma sucessão de colinas pouco salientes que se estendem desde territórios argentinos e uruguaios até as terras gaúchas (Figura 8).



Figura 7 – Casa tradicional de uma família de colonizadores pomeranos, construída no início do século XX.

Fonte: Pesquisa de campo, foto do autor (2010).



Figura 8 – Paisagem da UP Encosta do Planalto, na qual se observa as características do relevo.

Fonte: Pesquisa de campo, foto do autor (2010).

Ao se avaliar as formas existentes na paisagem da figura 8, distingue-se três grandes unidades de relevo: (A) planalto, (B) fundo de vale e (C) coxilhas (colinas). Essas unidades são descritas a seguir:

A – Compartimento do relevo de planalto, caracterizado por uma superfície de topo, com cotas altimétricas semelhantes que identificam uma superfície de erosão.

B – Fundo de vale, entre relevos de coxilhas (colinas de forma arredonda).

C – Relevo de coxilhas, com um segmento convexo (com afloramento de rochas e solos rasos) e outro côncavo (solos mais profundos e úmidos).

Avaliando-se as diferentes funções relativas às atividades humanas presentes na paisagem, distinguiram-se seis tipos, descritos a seguir.

- 1 – Capões de eucalipto com principal função de base energética para as estufas de cura e secagem do tabaco (produção de lenha), matéria-prima para cercas, quebra-ventos.
- 2 – Parcelas das lavouras de tabaco, também utilizadas para o cultivo de milho, feijão, batata entre outros cultivos temporários.
- 3 – Parcela de mata nativa com diversas espécies de diferentes estratos vegetais, que serve de abrigo para vida silvestre, caça e a extração vegetal.
- 4 – Parcela de campo nativo, utilizada para a atividade de pecuária.
- 5 - Parcela do terreno utilizada para a atividade de pecuária, com pastagem artificial.
- 6 – Parcela em pousio onde já se percebe a recomposição dos estratos vegetais.

Portanto, através dessa leitura da paisagem pode-se observar que a área da Serra de Camaquã apresenta um relevo fortemente ondulado; onde se inicia o declive da serra ocorre o solo Pinheiro Machado (Litólico, altitude de 500 a 400m); à medida que o relevo vai ficando menos acentuado, ocorre o solo Camaquã 2 (Podzólico, altitude de 400 a 100m); e no terço inferior da elevação geral, próximo à sede do município, predomina o solo Camaquã 1 (Podzólico Vermelho Amarelo, altitude de 100 a 14m) (CUNHA, 2000).

Conforme pesquisa realizada por Ferreira (2001), as terras situadas na encosta do Planalto de Camaquã variam, com relação a sua capacidade de uso, sendo impróprias ao uso agrícola, nas partes mais íngremes (4,74%); próprias à silvicultura (3,78%); para culturas perenes (7,35%); para cultivos anuais ocasionais (5,06%); para cultivos anuais com restrição severas (12,51%) e para cultivos anuais com ligeiras restrições (10,22%).

Continuando o autor afirma que os principais fatores restritivos referem-se à suscetibilidade à erosão e a ocorrência de solos rasos e pedregosos (Figura 9). No município de Camaquã identificam-se duas situações antagônicas em relação ao uso da terra. i) na área do Planalto (zona alta) apresenta solos rasos e cascalhentos, onde as limitações de água e suscetibilidade à erosão definem as atividades agrícolas; ii) e a área de Planície Costeira (zona baixa) onde há ampla

disponibilidade de água para irrigar os solos hidromórficos com camadas argilosas impermeáveis (CUNHA, 2000).



Figura 9 – Fotografia do solo característico da UP Encosta do Planalto “Serra”

Fonte: Pesquisa de campo, foto do autor (2010).

Está UP apresenta um relevo que vai de ondulado a fortemente ondulado, como já dito, onde predominam os solos rasos, com importantes limitações ao uso agrícola, sobretudo solos com afloramento de rochas e/ou com elevada acidez. A mecanização das áreas onde o relevo é mais brando é intensa, já nas áreas mais acidentadas a uma redução da mecanização e se encontra um mosaico de pequenas lavouras, “capões” de reflorestamento e floresta estacional. Essas características delatam que a vegetação original dessa UP sofreu mudanças, devido à intensa ação antrópica que houve em um primeiro momento, mas que agora se encontra em um grau de regeneração satisfatório. Porém, o mesmo não se pode afirmar nas áreas menos acidentadas que estão localizadas as margens dos cursos d’água, essas áreas encontram-se bastante desgastadas pelo intenso uso agrícola e as matas ciliares estão muito abaixo do nível satisfatório, pois os agricultores avançam desmatando-as até a barranca dos cursos d’água buscando tirar o máximo proveito dessas áreas que são de fácil mecanização.

Quanto à questão fundiária, como já foi afirmado há o predomínio da agricultura familiar, portanto uma baixa concentração, o que mantém uma média de 25 hectares por estabelecimento rural, conforme dados obtidos em 2009 no Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Camaquã.

Na reconstituição da história agrária da área da Serra do município de Camaquã, Ferreira (2001) identificou quatro grandes etapas. A primeira até o século XVII, onde havia a hegemonia de um sistema agrário baseado na coleta e na agricultura por parte de povos indígenas locais. A segunda, quando iniciado o povoamento do sul pelos açorianos, estruturou-se nessa área o sistema agrário baseado na extração principalmente da erva-mate e na bovinocultura de captura. Já o início do século XX foi marcado pelo início da colonização (pomeranos) do Planalto Sul-Riograndense estruturando-se um sistema agrário fundamentado na pequena propriedade familiar e em atividades agrícolas destinadas ao autoconsumo e a comercialização. Mantendo-se assim até a segunda metade do século XX, quando investimentos principalmente em infraestrutura desencadeou um processo de intensificação das atividades agrícolas e produtivas na área, o que por vez acarretou um processo acentuado de êxodo rural. Nesse período demarca-se também a rápida expansão do cultivo do tabaco, que além de ocupar grande parte da mão-de-obra local, constitui-se atualmente na principal atividade agrícola comercial da maioria desses agricultores familiares.

Com a absorção de grande parte da mão-de-obra familiar disponível nos estabelecimentos rurais da UP da Serra pelo cultivo do tabaco, os cultivos e criações coloniais foram reduzidos e passaram a ser praticados com a finalidade de atender ao consumo familiar. E, em alguns casos, os produtores deixam de produzir para o autoconsumo para dedicarem-se exclusivamente ao tabaco, como se pode observar no relato a seguir:

Depois que comecei a plantar fumo, fui diminuindo as outras plantações, o fumo dá bastante trabalho, mas dá dinheiro. Daí fica mais fácil eu plantar uns mil pés de fumo a mais, que assim eu compro o que não consigo planta... (Fumicultor de 50 anos).

Segundo relatos de produtores, o cultivo do tabaco nas três primeiras décadas proporcionava renda agrícola que permitia a realização de investimento, como a aquisição de novas áreas agrícolas. Nesse período muitos meeiros também conseguiram adquirir suas propriedades, pois as fumageiras forneciam crédito fundiário para os melhores produtores.

Nota-se com a leitura da paisagem, que essa UP está fragilizada, sendo que aproximadamente 50% das terras da Encosta do Planalto têm algum nível de restrição ao uso agrícola, contudo após a colonização pomerana ela vem sofrendo constantes transformações em sua paisagem, isso está ligado as práticas agrícolas e os diferentes cultivos que seus habitantes vem utilizando no decorrer dos últimos 100 anos.

3.2 A FUMICULTURA: HISTÓRICO E SUA EXPANSÃO

Atualmente, o tabaco é a principal planta não alimentícia cultivada no mundo, e no Brasil, com uma produção anual próxima dos seis milhões de toneladas, a produção de tabaco tem papel ativo na economia, com bons reflexos na esfera social, sendo responsável pela arrecadação de grandes somas em impostos, envolvendo mais de um milhão de agricultores na produção primária, além de

empregar mais de 30 mil pessoas na indústria de beneficiamento. Ao longo de toda a cadeia produtiva do tabaco (Figura 10), há o envolvimento de, aproximadamente, 2,5 milhões de pessoas (ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL, 2010).

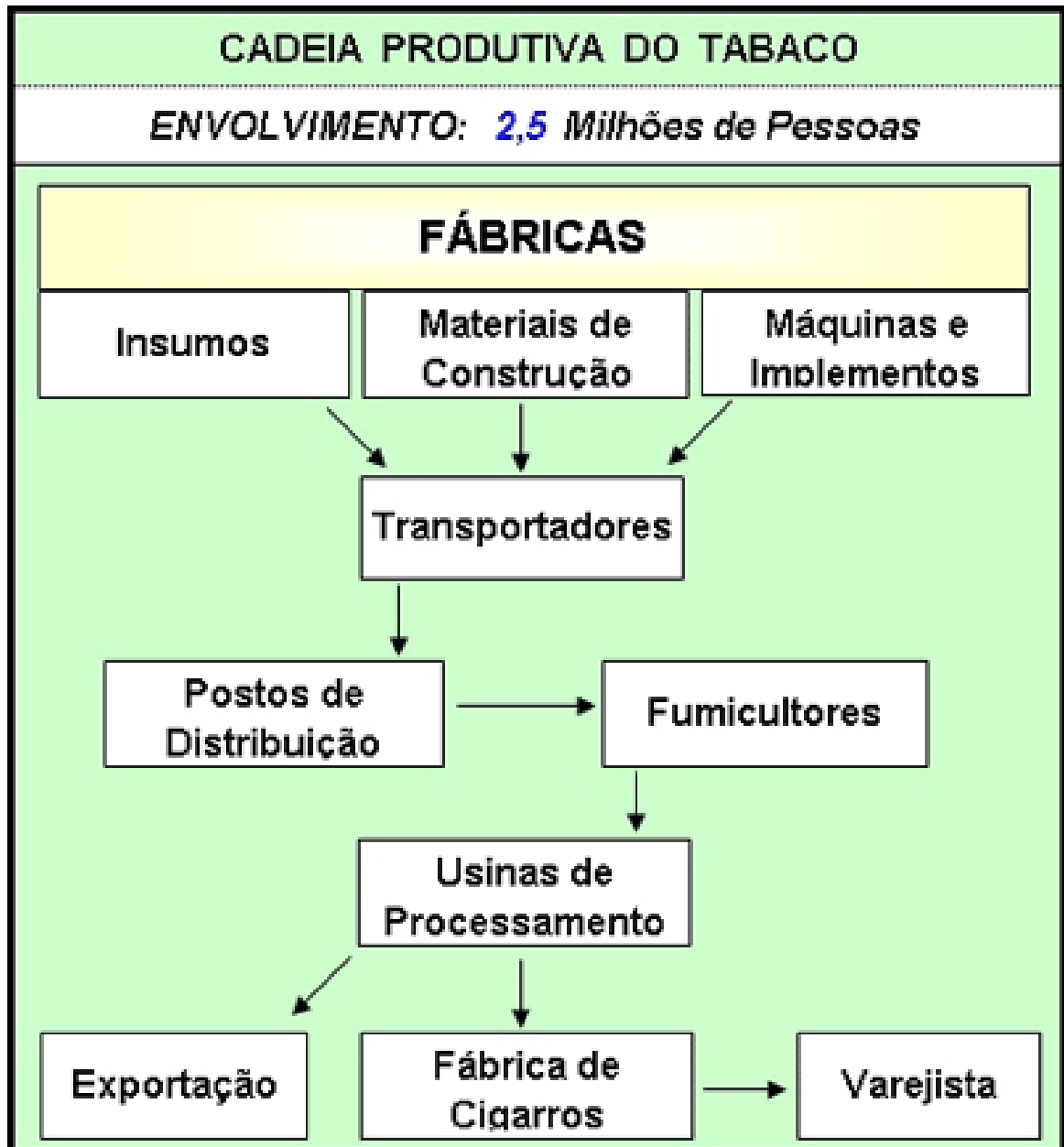


Figura 10 – Quadro demonstrando a cadeia produtiva da fumicultura brasileira

Fonte: Associação dos Fumicultores do Brasil (2010).

Conforme Biolchi (2005), a hipótese mais plausível é que a planta tenha nascido nos vales orientais dos Andes Bolivianos, se difundido, no território brasileiro, através das migrações dos povos Tupi-Guaranis (BIOLCHI, 2005).

O primeiro registro do cultivo do tabaco, de acordo com Troian (2010), se dá há mais de quatro mil anos pelo povo Maia. Sabe-se que o tabaco foi cultivado e elaborado por muitos anos para utilizá-lo em cerimoniais religiosos, para os índios, o uso do tabaco era algo de grande valor cerimonial, acreditavam que a inalação da fumaça os aproximava dos deuses (BIOLCHI, 2005; BONATO, 2006).

Quando os descobridores chegaram ao Brasil, o tabaco era de uso comum nas tribos indígenas, sendo cultivado em praticamente toda a extensão da costa brasileira.

Com a ocupação da América do Sul pelos colonizadores, começaram a levar as primeiras sementes para a Europa, porém, seu cultivo inicial era feito apenas por curiosidade. A partir das constantes travessias do Novo Mundo – Velho Mundo iniciou-se o comércio do tabaco na Europa. E conforme Biolchi (2005) foi em meados do século XVI, que o então embaixador francês de Lisboa, Jean Nicot, iniciou o cultivo da planta para o seu consumo, acreditando que a inalação da fumaça tivesse efeitos medicinais, o tamanho sucesso fez com que o extrato dessa planta se denominasse “nicotina”.

Produto da elite no princípio, devido seu alto custo, o consumo do tabaco espalhou-se rapidamente, e por volta do ano de 1600, foram abertas as primeiras lojas especializadas em tabaco na Europa. Entre os anos de 1650 e 1750, com a expansão do comércio ultramarino, o tabaco foi difundido em todo o mundo, através dos marinheiros, comerciantes, colonos e missionários (BIOLCHI, 2005; BONATO, 2006).

No Brasil, os portugueses obtinham o tabaco dos índios através do escambo, mas com o passar dos anos, surgem às primeiras lavouras cultivadas pelos colonos para garantir o consumo próprio. À medida que o mercado foi se formando, colonos portugueses iniciaram o cultivo visando ao abastecimento do mercado europeu, desde essa época o cultivo era feito em pequenas áreas (BIOLCHI, 2005). Porém, a expansão da fumicultura principalmente no Sul, ocorre com a chegada dos imigrantes europeus, alemães e italianos, principalmente, no início do século XX (BIOLCHI, 2005).

Segundo maior produtor e líder mundial nas exportações, o Brasil tem exportando aproximadamente 85% de sua produção (ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL, 2010). Com um tabaco de qualidade superior aos demais países e produzido com baixos custos, são fatores que têm garantido a expansão da produção e das exportações brasileiras.

A crescente participação dos países ditos em desenvolvimento na produção mundial do tabaco se explica por diversos motivos, dentre eles o já citado baixo custo de produção, pela crescente presença das empresas multinacionais do tabaco nesses países nas últimas duas décadas, e principalmente pelo fato, do tabaco ainda ser considerado uma plantação relativamente rentável, especialmente, se comparada com outras culturas tradicionais cultivadas nos países em desenvolvimento (TROIAN, 2010).

A produção de tabaco, no século XX, passa a se concentrar, na Região Sul do Brasil, onde hoje se concentra 97% da produção nacional em aproximadamente 700 municípios, sendo que, 99% do cultivo é realizado em propriedades com menos de 50 hectares (Tabela 2). E foi no centro do Rio Grande do Sul, no Vale do Rio Pardo, com a colonização alemã, que nasce o núcleo que viria ser atualmente o polo fumageiro brasileiro (BOEIRA; GUIVANT, 2003).

Tabela 2 – Distribuição fundiária da fumicultura sul-brasileira (safra 2009/2010)

HECTARES	FAMÍLIAS	%
0	47.010	25,4
De 1 a 10	65.050	35,1
De 11 a 20	47.110	25,4
De 21 a 30	17.750	9,6
De 31 a 50	6.400	3,5
Mais de 50	1.840	1,0
TOTAL	185.160	100

Fonte: Associação dos Fumicultores do Brasil (2010).

Como se pode ainda observar na Tabela 2, a safra de 2010 envolveu o trabalho de mais de 185 mil famílias no Sul do Brasil. Interessante de se observar também, é que mais de 25% das famílias fumicultoras não possuem terra e

trabalham em regime de parceria, pois nesse sistema essas famílias encontram uma forma digna de se integrarem ao meio rural.

Já na Tabela 3, pode-se observar como vem ocorrendo à evolução da fumicultura sul-brasileira, com comparativos dos anos de 1980, 1990 e de 2000 a 2010, também se faz uma análise dos hectares cultivados, da produção total e do valor pago pelo kg de tabaco.

Tabela 3 – Evolução da fumicultura sul-brasileira

SAFRA	FAMÍLIAS produtoras	HECTARES plantados	PRODUÇÃO	kg/ha	VALOR / kg		Câmbio R\$/US\$
			TON		Corrente	US\$	
1980	94.840	171.080	286.090	1.672	32,94	0,69	48,017
90	121.600	201.940	367.980	1.822	66,11	1,52	43,569
2000	134.850	257.660	539.040	2.092	2,00	1,12	1,792
01	134.930	253.790	509.110	2.006	2,45	1,13	2,171
02	153.130	304.510	635.110	2.086	2,85	1,15	2,470
03	170.830	353.810	600.540	1.697	3,82	1,20	3,195
04	190.270	411.290	851.060	2.069	4,24	1,42	2,991
05	198.040	439.220	842.990	1.919	4,33	1,72	2,522
06	193.310	417.420	769.660	1.844	4,15	1,88	2,208
07	182.650	360.910	758.660	2.102	4,25	2,09	2,030
08	180.520	348.720	713.870	2.047	5,41	3,21	1,683
09	186.580	374.060	744.280	1.990	5,90	2,70	2,185
10	185.160	370.830	687.180	1.853	6,34	3,52	1,803

Fonte: Associação dos Fumicultores do Brasil (2010).

A produção de tabaco, no Sul do Brasil, é desenvolvida em um sistema de integração entre as fumageiras e os agricultores, esse sistema de produção foi implementado pela *truste* anglo-americana *British American Tobacco* (BAT) a partir do ano de 1918. Nesse sistema de integração, a fumageira oferece ao agricultor, além da assistência técnica especializada, todo o insumo e matérias necessários para realizar a produção, em troca da venda integral da produção, sistema vulgarmente chamado pelos fumicultores de troca-troca. Esse sistema ganhou estabilidade também em função da definição antecipada dos preços mínimos a serem pagos aos produtores no final da safra (TROIAN, 2010).

O sistema integrado implementado pela BAT, aliado a avanços tecnológicos da modernização da agricultura, foram fatores que contribuíram para a expansão do setor. No período, a área plantada por família cresceu 11% e a produção por família teve um incremento de 32%, reflexo da produtividade que aumentou 19% (ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL, 2010).

Até a chegada da BAT, as lavouras de tabaco eram muito rústicas, feito sem nenhuma sofisticação, seja ela química ou de infraestrutura (LIMA, 2006). Conforme Vogt (1997), os primeiros registros de uso de fertilizantes industriais no cultivo ocorreram em 1924. Iniciou-se nessa época também a modelagem produtiva, como a construção de estufas para secagem da folha do tabaco, técnicos especializados (instrutores) foram trazidos pela transnacional dos Estados Unidos, as novas técnicas de cultivo e de cura e secagem, foram disseminados no município de Santa Cruz do Sul (o local onde hoje abriga o maior parque industrial de beneficiamento de tabaco do planeta) e posteriormente se expandindo por outras áreas do Rio Grande do Sul.

Com vista na expansão da fumicultura, em 1928 a BAT traz o técnico e professor norte americano Richard Tankersley, ele basicamente ensinava os fumicultores a trabalhar com uma nova variedade de fumos claros o tipo *Virgínia*, esse tipo de tabaco foi desenvolvido nos EUA, através de melhoramento vegetal, em combinação com o uso de fertilizantes, de forma a encurtar o ciclo biológico e uniformizar as lavouras, aumentando assim, quanti e qualitativamente a produção (LIMA, 2006). No pós II Guerra, as inovações tecnológicas estavam voltadas para suprir a demanda por produtos que combatessem as pragas que atacavam as plantações, essa demanda foi suprida com o uso do DDT (diclorodifeniltricloreto), a partir de então as empresas integradoras passaram a recomendar o uso desse e de tantos outros agrotóxicos nas lavouras de tabaco.

Nas entrevistas realizadas com os fumicultores, ficou evidente o conflito entre fumicultores e fumageiras, especialmente com relação aos rendimentos, porém, os fumicultores ainda garantem que é uma das atividades mais rentável para se desenvolver em pequenas propriedades. Conforme pesquisas realizadas entre os fumicultores do entorno de Santa Cruz do Sul (RS), identifica-se que 74,7% dos produtores têm vontade de deixar de cultivar o tabaco, mas sentem falta de um apoio mais concreto, dando-lhes uma maior segurança para realizarem a transição. (ETGES et al., 2002).

3.2.1 Produção de tabaco em Camaquã/RS

O município de Camaquã figura entre os quatro maiores produtores de tabaco do Estado. Na safra 2008, o município plantou 8.800 hectares da cultura, equivalente a 4,1 % da área total produzida no Rio Grande do Sul e colheu 16.940 toneladas de folha, ou seja, 3,8 % do total do Estado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008).

A expansão da produção do tabaco na área de estudo não foi diferente da forma como a mesma se expandiu no restante do Rio Grande do Sul, o que diferencia e o período em qual se deu o início. Como já visto nos arredores de Santa Cruz do Sul a expansão começa principalmente a partir do início do século XX, mais precisamente no ano de 1918, com a chegada da BAT. Enquanto que nas cercanias de Camaquã a expansão se dá somente a partir da metade do século XX, no momento em que a fumicultura encontrava-se em emergência, tanto tecnológica (novas práticas e técnicas de produção, modernização da agricultura) como de capital para investimento (farto presença de crédito subsidiado pelas fumageiras) (LIMA, 2006).

Ao se analisar o mapa de produção de tabaco do Estado do Rio Grande do Sul dos anos de 2004 a 2006 (Figura 11), percebe-se que Camaquã figura como um dos municípios de maior produção do Estado.

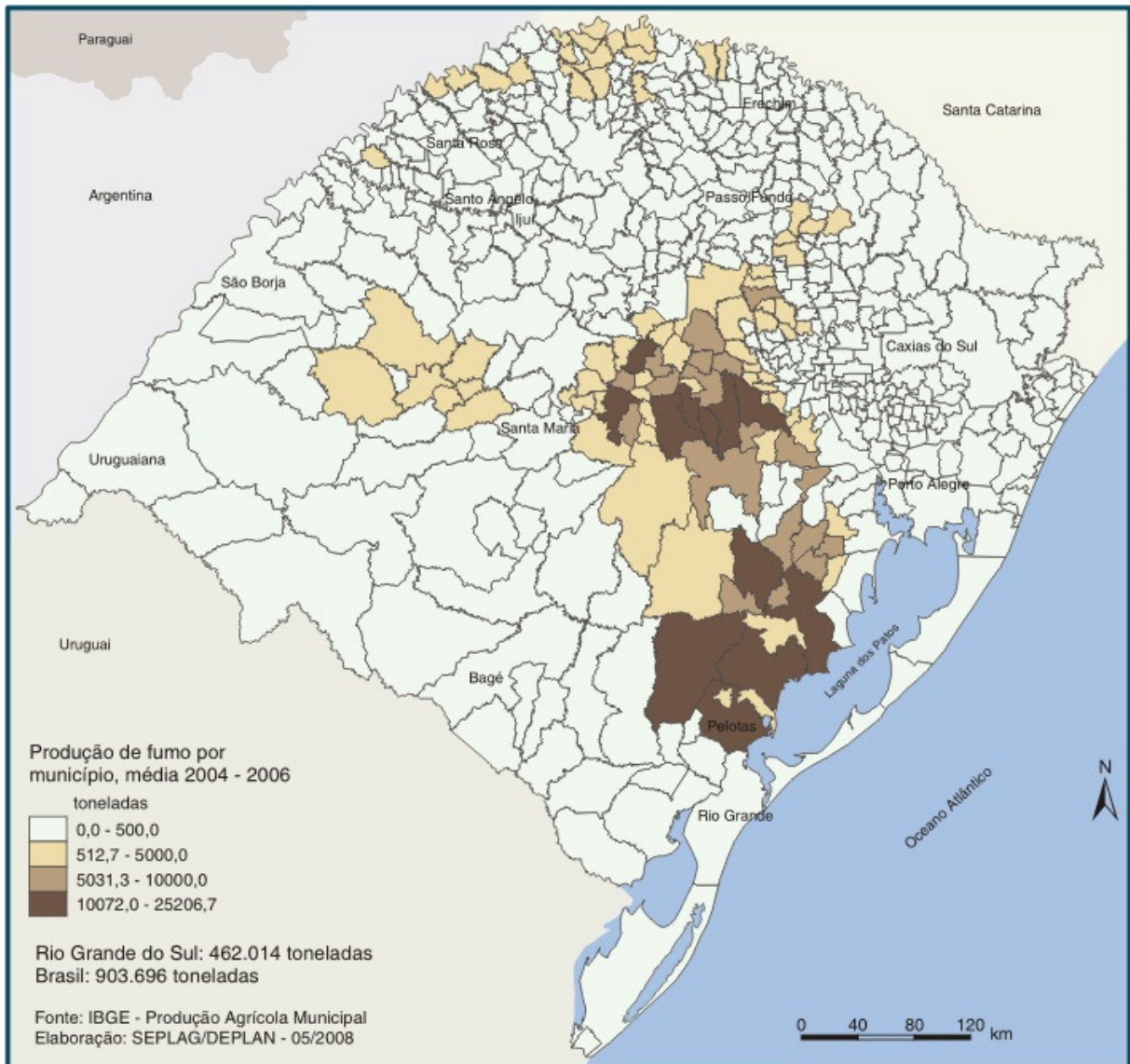


Figura 11 – Mapa da produção de tabaco no Rio Grande do Sul

Fonte: Rio Grande do Sul (2008).

A produção desse cultivo se acentuou nos últimos anos, foi responsável por dinamizar a agricultura familiar local, que vinha já há alguns anos sofrendo com crises, ocasionando um elevado êxodo rural, a produção de tabaco abocanhou a mão-de-obra dessas famílias e proporcionou-lhes economicamente a possibilidade de permanecerem em suas propriedades, de onde hoje tiram o sustento da família.

Na área de cultivo de tabaco no município de Camaquã, são encontradas três categorias de fumicultores: os arrendatários, que não têm terras e se associam ou arrendam terras de outros para cultivar a planta; os meeiros, mais conhecidos, como agregados, esses também não possuem terras e cultivam o tabaco na terra de

terceiros e dividem as despesas e lucros do cultivo e os agricultores que dispõem de terras próprias para a produção.

3.3 TÉCNICAS E MÉTODOS DE CULTIVOS APLICADOS NA PRODUÇÃO DO TABACO

A expansão do cultivo do tabaco nesse Município nas últimas décadas, fez com que novas técnicas fossem implementadas facilitando de certa forma a produção, tanto que hoje se encontra no Município uma filial da Afubra, entidade que presta assistência técnica, assim como, comercializa insumos e equipamentos para o cultivo do tabaco.

Na sequência do estudo será realizada uma descrição, detalhando o atual sistema produtivo do tabaco no Município, para tanto, se fez uso de entrevistas com fumicultores da área em estudo e informantes-chaves (técnicos e representantes de instituições...), assim como, um pouco do conhecimento empírico do autor.

3.3.1 Produção de mudas

A safra do tabaco tem início em meados de abril, quando o instrutor vai até a casa do fumicultor para realizar o pedido dos insumos (sementes, fertilizantes, agrotóxicos...) para toda a temporada de produção. No mês seguinte se inicia os preparos dos “canteiros” onde serão produzidas as mudas.

Essa etapa do processo produtivo leva aproximadamente 60 dias e a técnica mais utilizada é o sistema *float*¹ (Figura 12), que permite a produção de mudas de qualidade, facilitando seu transplante para a lavoura. Nessa técnica a uma excelente produção de raízes mantendo-a intacta até o transplante ao solo e possibilita o transplante para a lavoura sem a dependência de chuvas. Esse pacote tecnológico foi implantado no final dos anos 1990, devido às pressões de organismos

¹ O sistema *float* ou *floating* (sistema flutuante), as plantas ficam flutuando numa espécie de piscina (espelho de água) com solução nutritiva. São apoiadas em placas (bandejas) de isopor com furinhos.

internacionais para eliminar o uso do brometo de metila² das atividades agrícolas, esse gás era largamente utilizado na fumicultura para a esterilização do solo no antigo sistema de sementeira.



Figura 12 – Sistema *float* para produção de mudas

Fonte: Pesquisa de campo, foto do autor (2010).

No sistema *float*, recomenda-se o uso de sementes peletizadas, porém ainda é corrente que sejam usadas as sementes comuns. Peletizar consiste no agrupamento das sementes em pequenos grânulos, com proteção e nutrientes que

² O brometo de metila é um gás que age como inseticida e fumigante, utilizado para tratamento de solo, controle de formigas e fumigação de produtos de origem vegetal. Serve para evitar que pragas e doenças sejam disseminadas para outras cidades ou países, quando os produtos são exportados/importados, ou para "limpar" o solo para desenvolver o plantio. O produto mata os insetos, os patógenos (nematóides, fungos e bactérias), ervas daninhas e qualquer outro ser vivo presente no solo e na zona de penetração do gás. Comparativamente, de acordo com o Painel de Avaliação Científica do Protocolo de Montreal, cada átomo de Bromo do Brometo de Metila que alcança a estratosfera destrói 60 vezes mais ozônio que os átomos de cloro dos CFCs.

facilita a semeadura. Essas sementes são semeadas em bandejas de isopor (Figura 13), para isso se faz uso de uma semeadeira ou mesmo manualmente, para que não haja falta de mudas, já que cada grão gera uma muda e esse pode não germinar, os fumicultores costumam semear algumas bandejas com dois grãos, essa sobra é utilizada na etapa de “repique”. Passando-se 15 dias da semeadura, começam a emergir as “mudinhas”, e quando essas tiverem de duas a três folhas é o momento de iniciar o “repique”, essa prática consiste na retirada do excesso de mudas, e replantá-las nos espaços em que não germinaram. Essa prática busca uniformizar a produção no que se refere à quantidade de mudas sendo que cada bandeja irá produzir 200 mudas.



Figura 13 – Bandeja de isopor onde é semeado o tabaco, observa-se as mudas já germinadas.

Fonte: Pesquisa de campo, foto do autor (2010).

Com aproximadamente 35 dias se realiza a poda, essa pode ser realizada com tesouras, ancinhos ou com uma máquina específica para a poda (consiste em uma caixa onde a bandeja é alocada com um fio de náilon esticado, que é usado como lâmina para o corte das folhas), em ambas as técnicas deve-se tomar cuidado para não atingir o “miolo” da planta e pode ser repetida duas ou três vezes conforme a necessidade observada pelo fumicultor (recomenda-se uma poda uma semana antes do transplante). Essa é a última prática antes do transplante e seu principal benefício é uniformizar a produção (fortalecimento e crescimento das menores) no que se refere à qualidade das mudas.

Durante toda a etapa da produção das mudas, não se pode deixar de comentar as inúmeras aplicações de fertilizantes e agrotóxicos, utilizados no tratamento fitossanitário. As aplicações iniciam-se antes mesmo da semeadura, pois os tanques com água recebem os fertilizantes, que são dissolvidos para então receber as bandejas. E essa rotina prossegue no decorrer da produção das mudas, sendo nessa etapa da produção, que ocorre o maior uso de agrotóxicos e fertilizantes, pois os fumicultores são orientados a fazer os tratamentos nos canteiros para fortalecer as mudas, evitando assim, novas aplicações quando transplantadas para a lavoura (na lavoura também se faz uso de tratamentos de acordo com a necessidade).

3.3.2 Preparo do solo

Quanto ao manejo do solo, a maioria dos fumicultores ainda usa a prática convencional de uma ou duas arações para obter um solo mais solto (fofo) e sem torrões, esse método foi posto em uso conforme orientação técnica dos instrutores, tendo em vista que essa prática acelerou o processo de degradação do solo, facilitando a erosão e o ressecamento do mesmo, pois não tem cobertura alguma para protegê-lo, o que interfere diretamente nos níveis de produção do cultivo, os instrutores começaram a incentivar os fumicultores a adotarem o cultivo mínimo³, ou mesmo o plantio direto, com adubação verde (aveia, azevém, ervilhaca), sendo que

³ É o método que consiste no mínimo revolvimento do solo. No caso do cultivo do fumo, consiste no preparo dos sulcos em meio à palha dessecada.

no período próximo ao plantio eles usam herbicida (secante) para dissecar a “pastagem”, formando assim uma cama de palha seca onde são transplantadas as mudas.

A técnica do cultivo mínimo reduziu a perda de solo causada pela erosão, e ao mesmo tempo auxiliou na manutenção de sua umidade nos períodos de secas que coincidem com a fase de desenvolvimento da produção na lavoura, pois a palha que se encontra sobre o solo protege-o do contato direto com os raios do sol, além de elevar os níveis de matéria orgânica. Porém, ao mesmo tempo se elevou o uso dos agrotóxicos à base de glifosato, como o *Roundup*, usado para dessecar a pastagem.

Quando se faz o uso do cultivo mínimo como técnica de preparo do solo, os fumicultores aram o solo e semeiam a pastagem, pode se preparar os sulcos onde serão transplantadas as mudas nessa etapa ou depois da pastagem dessecada (Figura 14). Quando a pastagem atinge uma quantidade de massa satisfatória é aplicado o secante, feito a adubagem e aplicado um agrotóxico que inibe o desenvolvimento de inços (para evitar a competição), entre os mais utilizados destacam-se o *Gamit* e o *Herbadox 500CE*, ambos classificados como altamente tóxicos, esses herbicidas agem na pré-emergência dos inços, ou seja, eliminando-os antes deles germinarem.



Figura 14 – Lavoura preparada para plantio, com aveia semeada.

Fonte: Pesquisa de campo, foto do autor (2010).

Com o solo preparado e devidamente tratado, passa-se para a etapa seguinte que consiste no transplante das mudas para a lavoura.

3.3.3 Transplante das mudas

Passados aproximadamente 60 dias da sementeira, inicia-se o transplante das mudas para a lavoura, o calendário em que ocorre o transplante pode variar conforme a área (LOBO; RATHKE; BRENTANO, 2006). Nas áreas mais baixas o transplante costuma acontecer no final do mês de julho e/ou principio de agosto, já nas áreas mais altas o transplante inicia-se no mês de setembro, isso ocorre devido à fragilidade da planta a temperaturas muito baixas e geadas.

Devido à técnica do sistema float essa etapa foi facilitada, os fumicultores não dependem mais de chuvas para realizar o transplante, como já fora comentado acima e também permite o uso da plantadeira no transplante. A máquina utilizada no transplante do tabaco é muito simples, parecida com máquina manual de plantar grãos (saraquá), porém ao invés do compartimento onde é armazenado os grãos, existe um cano por onde a muda escorrega até o bico, uma espécie de cavadeira abre a cova onde a muda será acondicionada, as mudas são abastecidas uma a uma na plantadeira, por isso se faz necessário duas pessoas, uma para operar manualmente a plantadeira e outra para abastecê-la, Figura 15.



Figura 15 – Plantadeira manual utilizada no transplante das mudas de tabaco.

Fonte: Pesquisa de campo, foto do autor (2010).

Um dia antes do transplante as mudas são tratadas visando imunizá-las, o *Confidor 700 GRDA* e o *Orthene 750 BR* são os agrotóxicos utilizados nesse

tratamento que antecede o transplante, por vezes alguns fumicultores preferem tratar as mudas já transplantadas na lavoura, já que manuseá-las após o tratamento muitas vezes provocam náuseas e fortes dores de cabeça, se essa for à escolha o tratamento deve ser feito dentro de no máximo 24 horas após o transplante, esses agrotóxicos protegem as plantações principalmente da broca do fumo, da lagarta e do pulgão.

Visando manter a uniformidade nas lavouras, quando passado uma semana do transplante das mudas, se faz necessário um primeiro replante que se repete, duas semanas após o transplante.

3.3.4 Condução e tratos culturais da lavoura

Com a plantação devidamente transplantada, iniciam-se os tratos culturais na lavoura (fertilização, cultivo, tratamento fitossanitários...). Como já fora comentado acima, esses tratos iniciam logo após o transplante das mudas, com aplicação dos agrotóxicos para controle das lagartas, pulgões e broca do fumo.

Caso o fumicultor não tenha utilizado no preparo do solo os herbicidas pré-emergentes, pode fazer uso alguns dias depois do transplante das mudas os herbicidas pós-emergentes, destaca-se aqui o uso do *Poast + Assist* (óleo emulsionável que funciona como adjuvante do *Poast*).

Passado aproximadamente 15 dias do transplante, os fumicultores fazem o primeiro reforço de fertilizantes químicos, o mais comum é o *Salitre*, essa adubação pode ser realizada com a adubadeira manual ou com as mãos, se optar pela segunda, também deve fazer a cultivo da lavoura, que se resume em revolver o solo com um cultivador ou arado aterrando o pé da planta. Alguns fumicultores usam também adubo orgânico (esterco de aves e bovinos), como reforço para um melhor desenvolvimento da planta.

A capina é uma prática que está sendo utilizado cada vez menos, o uso de herbicidas pré e pós-emergente, assim como, o uso do glifosato (mata-tudo como chamam os fumicultores), tem diminuído consideravelmente o uso dessa prática.

Depois dos devidos tratos, aproximadamente 60 dias após o transplante, a plantação começa a amadurecer, as folhas da base das plantas começam a

amarelar, é hora de iniciar a colheita. Também é hora de fazer a capação ou “quebra da flor”, como é denominado pelos fumicultores, isso consiste na retirada da inflorescência da planta, deixando-a como uma média de 18 a 25 folhas, assim, ela não desperdiçara nutrientes na flor, direcionando toda sua energia para as folhas, produto final da plantação. Na capação o fumicultor faz a quebra da inflorescência manualmente e aplica o agrotóxico antibroto *Primeplus BR*, que age como inibidor de crescimento de botões axiais.

3.3.5 Cura, secagem e classificação da produção

Iniciada a colheita, as folhas são levadas para as instalações onde serão armazenadas na estufa, onde ocorre o processo de cura, nessa etapa a técnica utilizada pode variar de acordo com a tecnologia adquirida pelo fumicultor, nos últimos anos surgiram estufas modernas que usam ar forçado, essas estufas têm um custo elevado, por isso nem todos os fumicultores têm condições de adquiri-las (Figura 16). Porém, as integradoras com o intuito de aumentar a produção têm disponibilizados financiamentos para os fumicultores que desejam adquirir a nova tecnologia, dessa forma a estufa tradicional, “forno de vara”, está aos poucos perdendo espaço para as novas estufas, “forno de grampo e de folha solta”.



Figura 16 – Instalações para cura, secagem e estoque da produção de tabaco

Fonte: Pesquisa de campo, foto do autor (2010).

A cura das folhas ocorre em quatro estágios diferentes, que variam os graus de bulbo seco e úmido, essa fase pode ser considerada a principal fase da produção, pois é quando o fumicultor vai dar o trato final no produto, dessa fase resulta a classe do produto e é um trabalho minucioso:

Primeiro estágio – amarelamento (esta fase normalmente leva de 48 a 60 horas): esta fase também é chamada de finalização da maturação do tabaco em ambiente controlado, pois é quando as principais e mais desejáveis transformações, físico-químicas ocorrem. Nesta etapa as células das folhas continuam vivas. A cura do tabaco normalmente inicia com a temperatura ambiente. E se esta estiver abaixo de 90°F deve-se fazer o aquecimento da estufa para atingi-la. Esta temperatura deverá ser mantida por aproximadamente 12 horas e a seguir elevada gradualmente, em média 2°F por hora, até se atingir os 100°F. Deve-se manter a temperatura em 100°F, sempre observando a relação do bulbo seco e bulbo úmido, conforme a tabela de cura que o produtor possui, até que 1/3 parte das folhas

estejam amarelas. Nessa ocasião, permanecem nervuras esverdeadas no centro das folhas.

Segundo estágio – murchamento (leva em média de 18 a 24 horas): nessa fase a temperatura é elevada lentamente, em torno de 1°F por hora, até atingir 105°F abrindo levemente os ventiladores inferiores, para permitir a entrada de ar que vai acelerar o processo de amarelecimento, além de promover o murchamento das folhas. Mantém os 105°F, até que as folhas estejam completamente amarelas e murchas. A partir deste momento pode-se aumentar a temperatura até 110°F, até que a ponta das folhas comece a secar, deve-se sempre adequar a ventilação de forma a manter o equilíbrio da temperatura e umidade de acordo com a tabela de cura. Neste estágio o tabaco perdeu entre 20 a 30% da água.

Terceiro estágio – fixação da cor e secagem da lâmina (leva em média 48 a 60 horas): aumenta-se a temperatura, gradualmente, na razão de 2°F por hora até atingir 150°F, sempre observando a relação bulbo seco e bulbo úmido conforme tabela de cura, esse estágio termina quando as lâminas das folhas do tabaco estiverem secas.

Quarto estágio – secagem do talo (leva em torno de 18 a 24 horas): restando somente os talos das folhas para secar, continua se elevando a temperatura até atingir 165°F, como sempre controlando o bulbo seco e úmido conforme tabela de cura. A secagem termina quando o talo da folha está completamente seco e quebradiço.

Depois de realizada a cura e secagem do tabaco, o último passo antes de entregá-lo a fumageira é a classificação das folhas (Figura 17), essa é uma atividade que demanda tempo e atenção, o fumicultor seleciona as folhas e as classifica de acordo com seu tamanho, peso e cor. Sendo que o tabaco de melhor qualidade é o que atingir cor clara/amarelo ouro (folhas colhidas no momento certo/maduras), são classificados como O1, O2 O3, com subclassificações X, C, T e B conforme peso e comprimento; os intermediários são os L1, L2, com subclassificações X, C, T, B, essas são as folhas opacas/amarelo branco; e os de menor qualidade são os escuros/pretos (folha que passou do ponto de colheita), são classificados como R1, R2 R3, com subclassificações X, C, T e B conforme peso e comprimento. Já os esverdeado (folha colhida antes do ponto), e os queimados/avermelhados (excesso de fogo no momento da secagem), são classificados como G e K e são os de péssima qualidade.



Figura 17 – Fumicultores realizando a classificação das folhas de tabaco.

Fonte: Pesquisa de campo, foto do autor (2010).

Na Tabela 4 se encontra as diferentes classes e o valor pago por kg e arroba do tabaco tipo Virgínia, esse tipo corresponde a mais de 90% da produção total em Camaquã.

Tabela 4 – Classes e preços do tabaco tipo Virgínia (safra 2008/2009)

CLASSE	KG	ARROBA	CLASSE	KG	ARROBA
TO1	6,72	101	CO1	6,79	102
TO2	5,68	85,2	CO2	5,96	89,4
TO3	4,83	72,5	CO3	4,82	72,3
TR1	5,24	78,6	CR1	4,76	71,4
TR2	3,59	53,9	CR2	3,39	50,9
TR3	2,1	31,5	CR3	2,17	32,6
TL1	4,37	65,6	CL1	5,37	80,6
TL2	3,39	50,9	CL2	4,35	65,3
TK	2,58	38,7	CK	2,7	40,5
BO1	7,07	106	XO1	5,96	89,4
BO2	6,12	91,8	XO2	5,01	75,2
BO3	4,93	74	XO3	4,12	61,8
BR1	5,51	82,7	XR1	4,47	67,1
BR2	4,04	60,6	XR2	2,76	41,4
BR3	2,7	40,5	XR3	1,63	24,5
BL1	5,37	80,6	XL1	4,76	71,4
BL2	4,35	65,3	XL2	3,86	57,9
BK	3,39	50,9	XK	1,97	29,6
N	1,69	25,4	G3	0,66	9,9
ST	0,41	6,15	G2	2,58	38,7

Fonte: Associação dos Fumicultores do Brasil (2010).

A última etapa do preparo do tabaco na propriedade antes de ser enviado para a fumageira é o enfardamento das folhas, que consiste em agrupar as folhas já classificadas em “bonecas” e essas prensadas em fardos de aproximadamente 60 kg, conforme a Figura 18.



Figura 18 – Fardos de tabaco prontos para serem enviados para o beneficiamento na fumageira.

Fonte: Pesquisa de campo, foto do autor (2010).

O transporte do tabaco, da propriedade até a fumageira é terceirizado, as empresas contratam os serviços de transporte de caminhoneiros que moram nos locais onde ocorre a produção. O fumicultor pode optar por vender toda a produção de uma só vez, ou ir entregando conforme vai preparando, quando opta por entregar em partes, as fumageiras descontam aos poucos a dívida dos insumos (“pedido” como é chamado pelos fumicultores) da safra.

4 ANÁLISE DA FORMAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DO TERROIR DO FUMO

Para se iniciar a análise e a discussão se a área fumicultora do município de Camaquã, é ou não um *terroir* de produção de tabaco, faz-se necessário um estudo do contexto da sua história agrária, da organização social relacionada a esta produção e de sua localização em uma determinada Unidade de Paisagem.

Para tanto, ao se trabalhar com o tema *terroir* na produção de tabaco, não podemos dissociar a paisagem da produção e as práticas agrícolas utilizadas. Contudo não podemos esquecer que cada uma dessas condições tem seus potenciais e suas deficiências, avaliadas conforme o foco do observador.

Portanto se retoma de que forma será abordado o conceito de *terroir* nesse trabalho. A definição mais adequada é de que o *terroir* compreende “a porção de território apropriado, gerenciado e utilizado pelo grupo que aí reside e daí tira seus meios de existência” (SAUTTER; PÉLISSIER, 1964, p. 57).

4.1 HISTÓRIA AGRÁRIA DA ÁREA FUMICULTORA DE CAMAQUÃ

A reconstituição da história agrária no município de Camaquã permite identificar quatro etapas. Conforme Ferreira (2001), até 1750, constatou-se a hegemonia de um sistema agrário baseado na coleta e na agricultura por parte de povos indígenas locais, sendo que na encosta do Planalto predominava a cobertura florestal. Entre 1750 e 1890, com o povoamento da metade sul do Estado pelos açorianos, estruturou-se o sistema agrário baseado principalmente na extração da erva-mate e na bovinocultura de captura. De 1890 a 1960 foi marcado pelo início da colonização do Planalto Sul-Riograndense e a estruturação de um sistema agrário fundamentado na pequena propriedade familiar e em atividades agrícolas tanto destinado à subsistência como a comercialização (imigração pomerana).

Com a Constituição Federal de 1891, altera-se o sistema de colonização, passando para o Estado a responsabilidade de realizar a colonização das terras

devolutas de seu território. No Rio Grande do Sul do século XIX, a política de incentivo à imigração europeia tinha por objetivo, dentre outros aspectos, povoar terras consideradas desabitadas e pouco aproveitadas, que se estendiam do centro ao norte da província. Em virtude de seu relevo acidentado e da predominância de matas, essa região era preterida pela elite latifundiária regional, que tinha como base econômica a pecuária e possuía grandes propriedades de terras na Campanha. Foi no “Rio Grande das Matas” (ROCHE, 1969), portanto, que se desencadeou o novo ciclo povoador da província, caracterizado pela inserção de milhares de colonos europeus, não portugueses, ao longo de mais de cem anos no interior das florestas sulinas. Inicialmente, esses forasteiros receberam terras e algum auxílio do governo. Mas tiveram de aprender praticamente sozinhos a sobreviver nesse “novo mundo”.

Desses imigrantes, muitos sequer conheciam florestas nativas, em suas terras de origem. Conforme Bublitz (2008) é possível constatar que a maioria dos imigrantes alemães era de descendência camponesa antiga e vivia em lugares antropizados havia milênios. Alguns, inclusive, sequer eram agricultores. Dos primeiros 43 imigrantes chegados a São Leopoldo, primeira colônia alemã do Estado, a maioria vinha do Noroeste da Alemanha e, dentre as profissões conhecidas, agricultores, carpinteiros, pedreiros, ferreiros e empregados da indústria de papel (RAMBO, 1956). Não por menos, sentiram-se perdidos diante da realidade encontrada nas colônias. No lugar de campos tranquilos e bucólicos, como muitos imaginaram, ou mesmo de áreas antropizadas, com as quais estavam acostumados, os forasteiros encontraram um cenário intimidador, era a floresta virgem, constituída de imensos exemplares de cedros, cabriúvas, angicos e canafístulas, dentre outras milhares de espécies, em meio a emaranhados de cipós e trepadeiras (BUBLITZ, 2008).

Tratava-se de uma paisagem ambígua que despertou medo e, ao mesmo tempo, fascínio. Essa paisagem foi alterada drasticamente, já nas primeiras décadas da colonização, cujo ponto de partida foi à colônia de São Leopoldo. Ano após ano, os descendentes dos pioneiros conquistariam extensões cada vez maiores, ultrapassando, inclusive, os limites da província. Em sua diáspora por novas terras, os colonizadores promoveriam não apenas mudanças na paisagem, mas também alterações de ordem econômica e social no Estado, sendo que o lócus dessa revolução foi à mata, e o seu objetivo maior, sem dúvida, acabou sendo a eliminação dessa vegetação, considerada sinônimo de caos, de selvageria e de atraso.

Sintomaticamente, os colonos derrubaram a floresta para tornar a nova terra semelhante à antiga (BUBLITZ, 2008).

Conforme Ferreira (2001), o município de Camaquã, por iniciativa própria cria em 1906, a colônia de Santa Auta, povoada por alemães; três anos mais tarde criou-se a colônia de São Braz, com imigrantes poloneses e alemães; em 1915, pelo mesmo sistema formou-se a colônia do Bonito, com alemães e espanhóis; e, em 1918, a colônia da Bandeirinha, com imigrantes alemães. Ambas as colônias passam a ocupar as terras devolutas localizadas na área desse Planalto ou como denominado localmente: “Serra”.

Os colonos localizados na encosta do Planalto de Camaquã praticavam, inicialmente, uma agricultura de queimada, empregando a mão-de-obra familiar e, mais tarde, utilizaram o sistema de tração animal (FERREIRA, 2001). Na primeira metade do século XX, realizaram atividades agropecuárias destinadas principalmente a atender ao consumo da família e da unidade de produção, e apenas o excedente era destinado ao mercado local.

As atividades produtivas dos colonos de origem pomerana embasava-se, nos seus primórdios, numa agricultura de subsistência, o que lhes permitia elevado grau de independência econômica em relação ao meio urbano. Roche (1969, p. 13), salienta que

A atividade de todas as colônias e de todos os seus habitantes, pelo menos no começo, era a cultura de subsistência, sobretudo de milho, do feijão-preto e da batata. Nessa época, firma-se entre os colonos a idéia de que as únicas terras propícias para a agricultura são de florestas.

Por essa razão, os imigrantes foram responsáveis pelo intenso desmatamento, com o objetivo de formar lavouras. Os colonos plantavam milho, feijão, batata, cebola, árvores frutíferas e não costumavam cultivar arroz, com exceção de uma minoria, que plantava arroz de “sequeiro” para o próprio consumo. Criavam eqüinos, bovinos, suínos e aves, cujos subprodutos também comercializavam.

De acordo com Ferreira (2001), as dificuldades inerentes à implantação dos estabelecimentos rurais e a precariedade dos meios de acesso aos centros

comerciais por falta de estradas podem explicar a preferência destes produtores pelos produtos destinados ao autoconsumo. Esta situação se mantém até a segunda metade do século XX, quando investimentos em infra-estrutura ocasionaram um importante processo de intensificação das atividades agrícolas e produtivas na região.

Com novos investimentos em mecanização na colheita do arroz, nas propriedades rurais situadas na Planície Costeira, causou-se a liberação de grande parte da mão-de-obra dos estabelecimentos rurais na encosta do Planalto, que se deslocava para a área costeira, formando as “turmas” para realizar o corte do arroz manualmente. Ao mesmo tempo em que fornecia a mão-de-obra necessária ao cultivo do arroz irrigado, este serviço representava um significativo aporte de recursos financeiros fortalecendo o comércio do Planalto de Camaquã. Conforme entrevistas com antigos agricultores, esses relataram que a maior parte do dinheiro circulante era proveniente da renda gerada pela força de trabalho nas granjas de arroz.

Naquela época, eu e minha esposa sempre descíamos pra fazer a colheita do arroz, daqui ia um monte de gente, os granjeiros vinham de caminhão pegar as “turmas”, pagavam bem, o dinheiro dava pra passar o ano. E depois, a gente plantava de tudo um pouco, milho, feijão, trigo; criava porco, galinha [...] depois que começou a colher o arroz, com as máquinas, começamos a plantar fumo e nunca mais parei, os meus filhos plantam até hoje. (Fumicultor aposentado de 74 anos)

Este período é marcado pela rápida expansão do cultivo do tabaco, que absorveu a força de trabalho liberada pela mecanização da colheita do arroz irrigado (FERREIRA, 2001). O tabaco, além de ocupar grande parte da mão-de-obra local, constitui-se atualmente na principal atividade agrícola comercial de grande parte dos agricultores familiares do Planalto ou da “Serra” de Camaquã.

4.1.1 Temporalidade e forma de apropriação da área de produção do tabaco

O cultivo do tabaco na área que compreende a encosta do Planalto de Camaquã veio se intensificando nas últimas décadas. A partir da década de 1940, quando o polo fumageiro de Santa Cruz já se encontrava bem estabelecido, as empresas fumageiras começam a buscar novas áreas de produção, como foi o caso dos arredores de Camaquã (Emater, 2009).

A estratégia usada pelas fumageiras foi à inserção de instrutores (técnicos) no interior, para disseminar a produção. Esses instrutores percorriam o interior das áreas de interesses, oferecendo farto crédito para que os agricultores trocassem parte de sua produção agrícola atual pelo tabaco. Para isso eles forneciam toda a infra-estrutura e matéria-prima para a produção no sistema troca-troca, ou seja, o agricultor não precisava arcar com nenhuma despesa em um primeiro momento, e sua dívida iria sendo abatida com sua produção. Essa estratégia obrigava os produtores, mesmo se não se adaptassem, ou não gostassem do tipo de produção, a permanecer no mínimo até que o saldo devedor total do empréstimo fosse abatido. Dessa forma as fumageiras foram conseguindo seus produtores e até hoje absorvem a maioria dos agricultores familiares dos municípios onde visam estabelecer sua produção.

Outra forma de atrair os produtores, é que os contratos firmados através da integração vertical oferecem a seus integrados a garantia da compra de toda sua produção, um atrativo aos agricultores familiares que muitas vezes veem sua produção apodrecer devido às dificuldades de comercialização. Além de fornecerem a totalidade dos insumos necessários para a produção e a assistência técnica especializada.

Através dessas estratégias de apropriação, em meados da década de 1970, o município de Camaquã já se estabelecia como um dos principais produtores de tabaco do Rio Grande do Sul e hoje com uma área plantada superior a 8.000 mil hectares e uma produção de mais de 16.000 mil toneladas de tabaco em folha, tem permanecido entre os quatro maiores produtores do Estado.

Outro ponto interessante de se observar é que mesmo com atual debate da Conversão Quadro e as políticas de diversificação das áreas produtoras de tabaco, em Camaquã, nessa década ocorreu uma expansão da produção, com um pico de produção entre os anos de 2005 e 2008. Vale destacar ainda que, em nível municipal, não há nenhuma política de incentivo à diversificação da produção.

4.2 O *TERROIR* E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL ASSOCIADA À PRODUÇÃO DE TABACO

A paisagem é a base para as ações das sociedades humanas, e estas estampam suas marcas, tornando-a um produto da organização/reprodução social. Ao se abordar o tema *terroir*, os aspectos físicos para a produção agrícola tendem a se sobressair, sendo facilmente evocados e lembrados, isso pelos possíveis efeitos diretos que aparentemente parecem exercer sobre os produtos. O que não é tão perceptível ao observador, é que cada vez mais o produto passa a ser dependente e condicionado a determinada ação antrópica, que se dá pelas escolhas e estratégias do homem, na busca incansável pelo entendimento ou domínio da natureza.

Considerando-se que uma determinada área apresenta traços particulares em parte ligadas à natureza, e que existem normas culturais também particulares (as representações próprias a cada *terroir*), o *terroir* é assim portador de uma imagem que associa homens e meio (FLORIANI, 2007). Como já comentado a área em estudo tem como predomínio a agricultura familiar, com predomínio da colonização pomerana e da produção de tabaco.

Deste modo, para a análise do *terroir* e da organização social, é necessário apurar como as práticas agrícolas e os fatores humanos relacionados com questões sociais, culturais e históricas que se imbricam ao tema.

O constante aperfeiçoamento do uso das práticas, técnicas de elaboração objetivadas pelos homens através dos tempos, na intenção de se sobressair às adversidades impostas pelo ambiente tem causado um diferencial. Esta obstinação incide e caracteriza a produção de tal maneira, que segundo Barjolle, Boisseaux e Dufour (1998), a tipicidade de determinados produtos se deve tanto, ou por vezes

até mais, às técnicas de fabricação decorrentes das necessidades humanas, do que ao próprio *terroir* agrônômico. Neste sentido, o que se pode verificar é que o homem se vale do conhecimento para retirar as melhores respostas às necessidades sociais, econômicas e/ou ambientais.

Os fumicultores da área de estudo reconhecem o local onde residem, como próprio para a produção de tabaco, que vem melhorando ao passar dos anos com novos investimentos, como se pode observar na fala de um agricultor:

Quando comprei essa terra, já plantavam fumo, mas tava tudo atirado, comprei com financiamento da Souza sem juro, só melhorei as áreas plantadas. E são as mesmas até hoje, antes não dava nada, agora colho bastante. (Fumicultor de 47 anos)

A produção de tabaco se dá em baixa escala de produção por necessitar de muita mão-de-obra, restringindo-se às pequenas áreas e de acordo com a mão-de-obra disponível, normalmente familiar. Isto gera uma relação inversamente proporcional com a produtividade e a qualidade do produto, ou seja, quanto maior a área menor a qualidade e a produtividade (mantendo a variável mão-de-obra constante), pois se trata de um cultivo que exige muita dedicação. Por isso, a produção não se dá em escala empresarial.

Observou-se também que os agricultores locais já não se lembram dessa área como produtora de outras culturas comerciais, na maioria das falas destacam que desde que lembram ali o carro chefe da agricultura é o tabaco, mas comentam que seus pais e avós cultivaram outros produtos, com destaque para batatinha inglesa, linhaça, trigo, milho e feijão.

Portanto, essa área para eles hoje está materializada como um *terroir de fumo*, pois a forma de organização e o produto dessa área são valorizados por eles. E na medida em que foram se reconhecendo como produtores familiares de tabaco da “Serra de Camaquã”, esse *terroir* foi tomando forma, pois se aliou as características climáticas, geomorfológicas e pedológicas da área, assim como, a cultura dos pomeranos para desenvolverem tais atividades com empenho e dedicação.

Isso nos remete a questão do conhecimento materializado no “*savoir-faire*”, que quando tende a proteger uma tradição cultural própria de um local ou de uma comunidade, este é passível de se tornar um patrimônio. Essa tradição passível de se materializar em patrimônio pode ser uma das principais dificuldades a ser transposta pela política de diversificação das áreas produtoras de tabaco, além da financeira. Na França este movimento de valorização do patrimônio cultural é denominado de patrimonialização, e se vale da noção de *terroir* para ressaltar a ligação entre o grupo humano, a área geográfica e o produto (BÉRARD; MARCHENAY, 2000). Neste caso, a noção é usada para ressaltar esta ligação, a fim de promover a valorização diferenciada do produto.

4.3 TERROIR DO FUMO E OS ASPECTOS E PERCEPÇÕES AMBIENTAIS

Nesse sub-capítulo será abordado como se mantém a relação produção e aspectos ambientais. Para Verdum e Fontoura (2009), hoje se busca ultrapassar o pensamento de que os sistemas humanos são dissociados dos naturais, isso só foi possível a partir da ampliação da consciência da população em geral em relação à “qualidade de vida”, e também da necessidade de um planejamento do uso dos recursos naturais.

Essa valoração da manutenção da biodiversidade nativa de cada região e dos elementos naturais tem sido um dos objetivos relevantes nos fóruns de discussão mundial. Isso tem influenciado os novos modelos de desenvolvimento econômico regional, que estão “indo ao encontro ou de encontro às formas e visões mundiais de exigências de sustentabilidade econômica, aliada aos aspectos ambientais, culturais e sociais” (CHOMENKO, 2008).

Quanto ao aspecto ambiental, os efeitos da modernização, na fumicultura, foram e tem sido objeto de denúncias por grupos ambientalistas, por este sistema ter sido responsável pelo desmatamento de grandes áreas de mata nativa⁴, usada para alimentar as fornalhas das estufas onde é feita a cura e a secagem das folhas do

⁴ Esta afirmação tem relação com o período de introdução do cultivo de fumo integrado na região. Atualmente o plantio de exóticas, como o eucalipto para a produção de lenha, aliado à maior conscientização dos agricultores e à rígida legislação florestal, têm possibilitado um aumento das áreas de matas nativas no local de estudo.

tabaco, pelo uso de agrotóxicos de alta toxicidade, pelos graves problemas de erosão e destruição do solo que, fica exposto às chuvas fortes e à insolação, ocasionando a perda de matéria orgânica com conseqüente empobrecimento do solo e assoreamento dos arroios (Figura 19); e pela destruição da biodiversidade com a quebra de cadeias alimentares, relacionadas com o desmatamento de áreas de preservação permanente.



Figura 19 – Curso d'água assoreado pelo solo das lavouras de tabaco trazido pelas águas das chuvas

Fonte: Pesquisa de campo, foto do autor (2010).

Sendo a fumicultura sul-brasileira desenvolvida em pequenas propriedades familiares, localizadas principalmente em áreas de topografia acidentada, como é o caso em estudo, e de pouco acesso à tecnologia, é comum o uso inadequado dos recursos naturais. O manejo incorreto do solo, das águas servidas, do lixo e dos dejetos, a falta de reflorestamento e de conservação das matas nativas, entre outros,

acabam por inviabilizar as propriedades e provocar severos danos ao ambiente, entendido aqui como o conjunto dos elementos e das dinâmicas da natureza, assim como a saúde dos seres humanos.

Visando melhores safras e maiores lucros, a indústria fumageira estimula o amplo emprego de fertilizantes e de agrotóxicos nas plantações de tabaco. Esta prática tem gerado danos à saúde dos agricultores e de suas famílias, tais como intoxicações agudas e incapacitação para o trabalho, bem como danos aos ecossistemas em consequência da contaminação do solo, dos alimentos, dos animais e dos corpos d'água.

Para Chomenko (2008, p. 1-2), há

[...] um grande desrespeito com a real vocação regional, desconsiderando-se eventuais resultados positivos que se poderiam obter a partir da diversificação de usos, integrando distintas atividades, criando em muitos casos grandes dificuldades entre os seres humanos e o meio ambiente, pois é difícil convencer as comunidades, principalmente as mais pobres ou aqueles que vivem no meio rural e que por vezes lutam pela sobrevivência, de que as mesmas devem preservar seus recursos naturais locais.

Porém, longe de estar aqui isentando o cultivo do tabaco de seus problemas, mas apenas repassando o que fora constatado *in loco*, hoje se observa que, quanto aos aspectos ambientais, os fumicultores no geral têm conseguido reverter parte do seu passivo ambiental, sendo possível manter a integridade do ecossistema local. Mesmo com aumento da produção as lavouras de tabaco têm se sustentado, não havendo ocupação de novas áreas, o que pode ser comprovada na leitura de paisagem. Observa-se, também, um alto índice de regeneração da flora e fauna. Isso pode ser observado nas entrevistas com os agricultores locais.

No início eu derrubava um pedacinho de mato por ano [...] mas desde que plantei o eucalipto, não derrubei mais mato, pelo contrário, reflorestei uma parte que era lavoura de soja e outras por falta de tempo já viraram mato [...] comprei outra propriedade, lá mais da metade e mato, matão mesmo, não posso derrubar senão me multam [...] (Fumicultor de 40 anos).

Hoje não dá mais pra plantar milho em alguns pedaços perto do mato, os bichos (caturita, mão-pelada, graxaim) não deixam nem o milho secar [...] nos últimos anos só tem piorado. (Fumicultor de 40 anos)

Contudo, cabe ressaltar que o cultivo do tabaco é reconhecido pelo alto índice de agrotóxicos que demanda. E esse uso, muitas vezes ministrados de forma inadequada, é um dos grandes contaminantes de nascentes e cursos d'água desprotegidos nos arredores das lavouras de tabaco. Além do problema de contaminação/intoxicação dos próprios agricultores, que como se pode observar nas entrevistas, a maioria admite não utilizar os equipamentos de proteção individual, por estes serem muito desconfortáveis.

Ninguém aguenta ficar dentro daquilo [...] imagina só você debaixo de um sol de 40 graus, coberto com uma lona da cabeça aos pés e ainda carregando 30 kg nas costas, não dá né. (Fumicultor de 28 anos).

Nos últimos anos as fumageiras têm sofrido forte pressão de órgãos nacionais e internacionais, no intuito que essas reduzam a produção. Na tentativa de buscar fugir dessa pressão, no decorrer das últimas décadas as fumageiras têm investido pesado em pesquisas para poder se adequarem às exigências de um mercado cada vez mais competitivo e exigente, e superar a pressão dos diferentes organismos de Estado. Projetos de sustentabilidade, o desenvolvimento de novas técnicas de cultivo (plântio direto), o desenvolvimento de novas variedades mais resistentes a pragas (reduzindo uso de agrotóxicos) e a criação de implementos que tem facilitado o trabalho do agricultor, sendo estes apenas alguns projetos de sucesso das fumageiras, na visão dos fumicultores.

Dizem que o fumo usa um monte de veneno, mas e o tomate, o morango a cebola, que são alimentos e usam mais veneno que o fumo [...] pegam no nosso pé por que o fumo é uma droga que vicia [...] mas porque não complicam com os produtores de cana que fazem cachaça, também é uma droga e vicia né. E depois, hoje nem se usa tanto veneno assim, a gente vai aprendendo outros jeitos de planta, como o plântio direto [...] formas mais...como se diz...? (sustentável) (Fumicultora de 48 anos).

Na leitura da paisagem local pode-se observar que todos os fumicultores possuem áreas de reflorestamento de acácia negra e/ou eucalipto, isso é o resultado de projetos de reflorestamento das fumageiras do início da década de 1990, que

visavam mudar a principal matriz energética da época que era o mato nativo. Hoje os fomicultores que não são sustentáveis energeticamente, pelo uso da lenha, conseguem facilmente comprar de um vizinho o que falta para finalizar a safra.

A proteção de nascentes e cursos d'água que cortam as propriedades também tem sido alvo das fumageiras. Elas incentivam os fomicultores a reflorestarem com plantas nativas esses locais, sendo que 50% das mudas são doadas e o restante é adquirido no sistema troca-troca. Esse projeto é mais recente, portanto, uma real mudança na paisagem só será percebida em médio e longo prazo, mas já se pode observar uma ligeira transformação, pelo fato dessas áreas estarem abandonadas e não serem mais utilizadas para o cultivo.

Quanto às técnicas de cultivo, os fomicultores têm evoluído a passos largos, hoje dificilmente encontram-se quem are a terra mais que uma vez. A grande maioria, 18 dos 20 entrevistados, afirmam utilizar apenas o plantio direto e o cultivo mínimo, sendo que todos utilizam curva de nível. Essas técnicas reduziram drasticamente a erosão do solo, conseqüentemente aumentou a produtividade das áreas. Em alguns casos, conforme os entrevistados houve recuperação de lavouras antes consideradas abandonadas pelo excesso de erosão.

Aquele pedaço lá na encosta do matinho eu tinha abandonado [...] dava uma chuva ia tudo embora, abria valeta de metro. Daí resolvi testar no ano passado o plantio direto com aveia, e também fiz uma curva de nível né [...] foi o melhor pedaço de fumo dessa safra, não dava pra ver as pessoas no meio (Fomicultor de 38 anos).

Mas ainda se constata que existe uma lacuna entre o grau de necessidade de preservação do ambiente e o grau de conscientização dos agricultores. Como se pode observar na fala do fomicultor acima, ele se utiliza de métodos de preservação do solo como; o plantio direto e as curvas de nível que, segundo ele foram incorporadas ao longo dos anos e que em sua opinião trouxeram algumas influências positivas. Porém ele se diz incapaz de expandir essa ação, pois a recuperação do solo é um processo de manejo demorado que depende de muitas outras ações, e não pode parar de produzir um ou dois anos para iniciar o processo de reversão como deveria ser feito, além de ter um elevado custo financeiro e não poder arcar com todas as despesas necessárias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término das descrições e análises a respeito da paisagem e do *terroir* da área produtora de tabaco do município de Camaquã, partir-se-á agora para algumas sínteses que merecem ser frisadas, para tanto se retorna a questão que norteou o desenvolvimento da pesquisa, isto é: Como as práticas agrícolas adotadas pelos fumicultores de Camaquã (RS), *transformam a paisagem* local, assim como, (podem) *implementam a constituição* de um *terroir* do fumo? – visando fazer algumas considerações conclusivas.

Procurou-se destacar as *potencialidades naturais* que o município de Camaquã dispõe, em específico na área pertencente à UP Encosta do Planalto, que desde sua colonização passou a sofrer constantes transformações, criando um verdadeiro mosaico de cores e formas, expresso claramente na paisagem local e visível nas fotografias. Desde os primórdios da exploração e ocupação européia que fragmentaram a paisagem florestal, até aquela que se molda na atualidade que reforça a patrimonização de um saber-fazer e que se materializa em um *terroir*.

A partir da leitura da unidade de paisagem da Encosta do Planalto ou “Serra” para os produtores locais de Camaquã, foi possível descrever no trabalho essa unidade, com o seu respectivo *terroir*. Nota-se, portanto, que ele é único e se encontra devidamente espacializado no espaço geográfico do município e do Estado.

Pode-se destacar também com essa leitura da paisagem, que a UP esta fragilizada, sendo que aproximadamente 50% das terras da Encosta do Planalto têm algum nível de restrição ao uso agrícola, percebe-se também que a partir da colonização pomerana a UP vem sofrendo constantes transformações em sua paisagem tradicional, isso está ligado as práticas agrícolas e aos diferentes cultivos que seus habitantes vem utilizando no decorrer dos últimos 100 anos.

Neste trabalho, adotou-se a concepção que enfatiza a paisagem como uma síntese global dos elementos bióticos, abióticos e antrópicos, todos refletidos na sua fisionomia. Portanto ao se analisar a configuração e fisionomia da paisagem, constatou-se que os elementos abióticos possuem um papel decisivo na implementação destas, sendo responsáveis, pelos fenômenos que ocorrerem na

superfície, até mesmo grande parte dos fenômenos antrópicos. Um exemplo claro dessa influência pode ser observado na UP Encosta do Planalto, onde ocorre a presença de remanescentes florestais, isso devido as áreas onde se localizam esses remanescentes, não sofrerem com a ação antrópica através da exploração agrícola.

Um aspecto fundamental é analisar as fases de ocupação do território, pois é isso que permite avaliar a pressão que os modelos de exploração agrícola exercem sobre a paisagem rumo a sua adequação. Atualmente, observa-se a degradação das terras que leva não somente a se avaliar as fragilidades da paisagem, mas examinar a pressão antrópica exercida sobre a mesma. Mas, pode-se também avaliar as suas potencialidades, pois é isso que garantirá ou não a ocupação desse território.

Há uma estreita relação do contexto histórico na construção e na modificação da unidade de paisagem e do *terroir*, e isso pode ser resumido em três distintos momentos: *i)* a colonização pelos portugueses, nesse primeiro momento a “Serra” era praticamente intocada, pois os portugueses preferiam ocupar as planícies costeiras e os campos do planalto; *ii)* a imigração dos pomeranos e poloneses, nesse momento iniciou-se a ocupação da UP, conseqüentemente, inicia-se as transformações na paisagem local, com a agricultura colonial basicamente de autoconsumo, mas ainda não tendo a constituição de um *terroir* definitivo; por fim, *iii)* com o advento da modernização da agricultura, e com possibilidades de uma ocupação mais intensa, começa a implementação do *terroir do fumo*, com as transformações marcantes na paisagem local.

Esse estudo demonstrou que visivelmente existe uma pressão sobre o uso do solo da UP Encosta do Planalto, isso principalmente por sua característica litológica, com rochas aflorantes e de solos com pouca profundidade. Isso causa conseqüências como o assoreamento dos cursos d’água e a utilização de terras para lavoura de tabaco, onde deveriam permanecer com vegetação nativa, por serem áreas de preservação permanentes.

O cultivo de tabaco encontra-se praticamente em todas as propriedades da Encosta do Planalto do município Camaquã, isso evidencia uma dependência técnica e econômica dos agricultores ao sistema integrado das fumageiras.

Portanto, essa área para eles, os produtores, está na atualidade materializada como um *terroir* de fumo, pois a forma de organização e o produto dessa área são valorizados por eles, assim como pelas empresas que o processam e

comercializam. E na medida em que foram se reconhecendo como produtores familiares de tabaco da “Serra de Camaquã”, esse *terroir* foi tomando forma, pois se aliou às características climáticas, geomorfológicas e pedológicas da área, como também à cultura dos pomeranos para que eles pudessem desenvolver tais atividades com empenho e dedicação.

Ao lado disso, nos dias atuais vê-se uma crítica sobre os problemas causados pelo cigarro (produto oriundo da matéria-prima gerada pelo tabaco) que causa doenças severas na população fumante. O carro chefe dos debates para deter a expansão do consumo do tabaco e seus danos à saúde é a Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CQCT), tratado de saúde pública gerido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo que o Brasil aderiu a ele em novembro de 2005.

Com a ratificação do tratado, surgem no Brasil programas de diversificação de áreas produtoras de tabaco, porém é difícil pensar um programa estratégico para substituir essas áreas sem que o Estado seja participante ativo, quer seja, através de políticas públicas de longo prazo que implementam essa estratégia, quer seja, com ações rápidas para começar a alterar a matriz produtiva local.

A partir dessas ações, há o argumento de que o segmento econômico da fumicultura vem sendo prejudicado, e isso tem sido usado para pressionar o governo brasileiro a reverter ou abrandar suas ações para atender às propostas da CQCT.

No atual discurso das diferentes organizações quanto à diversificação das áreas produtoras de tabaco, tudo leva a se pensar na substituição deste *terroir*. Porém isso não se constata no local de estudo, o que se percebeu nas entrevistas com os fumicultores de Camaquã, foi que estes estão conscientes e decididos a não substituir o cultivo, a não ser que o embargo ao cultivo do tabaco torne-o uma atividade economicamente inviável, isso também é replicado pelo poder público municipal, onde não vislumbram na atualidade uma alternativa ao cultivo do tabaco.

As poucas estratégias de diversificação implantadas no município, de acordo com os entrevistados foram ações das próprias fumageiras, que incentivaram seus integrados a diversificar sua produção. Contudo essas alternativas, não tiveram sucesso algum, pois como relatado por um fumicultor que aderiu ao programa de produção de girassol, ele ficou com toda a produção de semente estocada em sua propriedade, sem ter com quem comercializar.

A Encosta do Planalto de Camaquã, denominado neste trabalho de *terroir do fumo*, encontra-se apática e passiva ante o peso do padrão imposto pela fumicultura.

O agricultor recebe um modelo de produção pronto, que não requer sua participação e que oferece a garantia de compra de toda a produção.

Pensando-se nesse sentido, fica difícil pensar em alternativas a esse modelo de produção, seria mais eficaz trabalhar com a valorização desses agricultores do que com a sua marginalização, o que de fato acontece na maioria das ações que vislumbram a substituição do cultivo de tabaco por outra atividade. O fato é que mesmo com todos esses impasses do cultivo do fumo está totalmente inserido na cultura local.

Os principais entraves para que ocorra a substituição desse cultivo, além do pouco interesse do município e da cultura dos fumicultores, está esbarram em limitantes como: falta de recursos para investimentos; ausência de canais de comercialização para grande parte dos cultivos agrícolas; transporte e armazenamento; problemas de infra-estrutura e tamanho das propriedades (menor área cultivável). Sendo assim, acredita-se que os governantes nacionais e locais têm um importante papel a desempenhar, seja na intensificação da pesquisa sobre alternativas viáveis ao cultivo do tabaco, seja pela criação e apoio a programas de desenvolvimento rural que valorizem esses agricultores e não os marginalizem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. **Fumicultura no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?u_id=1&i_id=1WWW.afubra>. Acesso em: 10 jul. 2010.

BARJOLLE, D.; BOISSEAUX, S.; DUFOUR, M. Le lien au terroir. bilan des travaux de recherche. **Cofinancé par l'Office Fédéral de l'Agriculture**, Lausanne (França), p. 1-33, 1998. Disponível em: <<http://www.aoc-igp.ch/ver-fr/pdf/terroir.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2008.

BÉRARD, L.; MARCHENAY, P. Le vivant, le culturel et le marchand: les produits de terroir. vives campagnes. **Autrement**, n. 194, p. 191-216, mai 2000. Disponível em: <<http://www.ethno-terroirs.cnrs.fr/IMG/pdf/Levivant.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2009.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Caderno de Ciência da Terra**, São Paulo, n. 13, p.1-27, 1971.

BIOLCHI, M. A. A cadeia produtiva do fumo. **Revista Contexto Rural**, Curitiba, ano V, n. 5, jul. 2005.

BLUME, R. **Explorando os recursos estratégicos do terroir para a vitivinicultura brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BOEIRA, S., L.; GUIVANT, J. S. Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: as redes ante os riscos. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003.

BUBLITZ, J. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul, **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XI, n. 2, p. 323–340, jul./dez. 2008.

CARTIER, S. Terroirs en nuances. **Revue Strates**, n. 11, p. 13-26, 2004. Disponível em: <<http://strates.revues.org/document396.html>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

CUNHA, N. G. Estudo dos solos do município de Camaquã (RS). **Circular Técnica 20**. Pelotas: EMBRAPA Clima Temperado, 2000.

DEFFONTAINES, J. P. Dynamique physiologique d'un paysage rural. Essai de modélisation de la composante agricole. **Cahiers d'Études et de Recherches Francophones**, Paris, v. 4, n. 6, p. 434-439, nov./déc. 1995.

_____. **Les sentiers d'un géoagronome**. Paris: Éditions Arguments, 2001.

DEFFONTAINES, J. P.; PETIT, M. **Comment étudier les exploitations agricoles d'une région?**: Présentation d'un ensemble méthodologique. Dijon: INRA-SAD, 1985.

ETGES, V. E. et al. **O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS**: relatório preliminar, 2002. Santa Cruz, RS: Unisc, 2002.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 18, p. 28-46, abril 2002.

FERREIRA, J. R. C. **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Camaquã (RS)**: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FLORIANI, N. **Avaliação das terras pelos agricultores ecológicos de Rio Branco do Sul (PR)**: uma abordagem geo-sócio-agronômica da paisagem rural. 2007. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

FORMAN, R. T. T. **Land mosaics**: the ecology of landscapes and regions. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FRÉMONT, A. **La région, espace vécu**. 2. ed. Paris: Flammarion, 1999.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Mapa do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2007.

GHIGLIONE, R.; MATALON, B. **O inquérito**: teorias e práticas. Oeiras (Portugal): Celta Editora, 1997.

HOEFLE, S. W. et al. Percepção ambiental em Paty do Alferes (RJ). **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, out. 2002.

IMAI, N. N.; GALO, M. L. B. T. Uma proposta de base de dados geográficos espaço-temporal centrada na paisagem. In: SIMPOSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 9., 1998, Santos. **Anais...** Santos: INPE, 1998. p. 583-593.

INSTITUT NATIONAL DE LA RECHERCHE AGRONOMIQUE. **Pays, paysans, paysages, dans les vosges du sud**: les pratiques agricoles et la transformation de l'espace. 2. ed. Paris: Éditions INRA, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Lavoura temporária** (safra 2008). 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

LIMA, R. G. Desenvolvimento técnico-produtivo da lavoura de tabaco na bacia hidrográfica do Rio Pardinho/RS. In: ETGES, V. E.; FERREIRA, M. A. F. (Org.). **A produção de tabaco**: impactos no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 198–224.

LOBO, E. A.; RATHKE, F. S.; BRENTANO, D. M. B. Ecotoxicologia aplicada: o caso dos produtores de tabaco na bacia hidrográfica do Rio Pardinho, RS, Brasil. In: ETGES, V. E.; FERREIRA, M. A. F. (Org.). **A produção de tabaco**: impactos no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p. 41–68.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1992.

MONTEIRO, C. A. **Geossistema**: a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2001.

PRIEB, R. I. P. **Pluriatividade na produção familiar fumageira**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

RAMBO, B. A imigração alemã. In: O Rio Grande antigo. **Enciclopédia Riograndense**, Canoas: Regional, 1956.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. 2008. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SALETTE, J. **Le concept de terroir**: une logique pour l'étude du lien du terroir au produit. Revue de L'Académie d'Agriculture de France, Paris, v. 84, n. 2, p. 3-17, 1998.

SAUTTER, G.; PÉLISSIER, P. Pour un atlas des terroirs africains: structure-type d'une étude de terroir. **L'Homme**: Revue Française d'Anthropologie, Paris, v. 4, n. 1, p. 56-72, 1964.

SCHUCH, H. **Culturas gaúchas**: fumo. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2003.

TROIAN, A. **A percepção de agricultores e de outros agentes rurais acerca das dimensões ambiental, social e econômica no cultivo de tabaco no município de Arvorezinha (RS)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Desenvolvimento rural na 'Metade Sul' do Rio Grande do Sul: sistemas de relações, mecanismos e dinâmicas sociais e naturais. **Relatório Técnico Parcial**, Porto Alegre, 2008.

_____. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Evolução e transformação da agricultura e desenvolvimento sustentável: contribuições para a elaboração de políticas públicas para a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. **Relatório Técnico Parcial**, Porto Alegre, 2002.

VERDUM, R. **Construções e lógicas na definição da paisagem**. Porto Alegre, 3 set. 2008. Registro de aula da disciplina Paisagens, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS.

_____. Depressão periférica e planalto: potencial ecológico e utilização social da natureza. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VERDUM, R. et al. Caracterização e diagnóstico ambiental por unidades de paisagem da Reserva Biológica da Serra Geral e do entorno, Maquiné/RS. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA, 7., 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG-UGB, 2008. p. 1-11.

VERDUM, R.; FONTOURA, L. F. M. **Temáticas rurais: do local ao regional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VOGT, O. P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849–1993**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 2, p. 29-38, jul./dez. 2000.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista

Dados objetivos:

Localidade (distrito):

Origem (lugar, etnia):

Tempo de Trabalho:

Idade:

Área plantada (em hectares):

Quantos trabalham:

Questões Descritivas:

Qual a sua profissão?

O que o Sr.(a) planta / produz?

Fale um pouco de sua rotina de trabalho.

Em comparação com o que era sua propriedade em anos atrás, quando começou a trabalhar, como vê hoje o local e as suas condições de trabalho?

Quem determina as tarefas que o Sr. (a) (e sua família) deve realizar?

Como é sua relação com os vizinhos?

Questões Valorativas:

O que é ser bom profissional em sua atividade?

O que mais valoriza (gosta – acha importante) nesta atividade?

Quando você pensa no seu trabalho o que logo lhe vem à mente?

O Sr.(a) está satisfeito com seu trabalho? O que mais lhe satisfaz?

Quais são suas maiores dificuldades?

O que realmente gostaria de trabalhar e/ou produzir?

Hoje qual o principal objetivo (fim) do seu trabalho?
Recebe o que merece?

Quais suas expectativas (anseios) de futuro em termos profissionais (de trabalho)?

Qual a maior riqueza (potencialidade) desta região?

O que o seu trabalho representa para a sua vida e para a comunidade?

Que ideia o Sr.(a) tem dos primeiros imigrantes que aqui chegaram?

O que o Sr.(a) pensa sobre o futuro da cultura de fumo?

O Sr. já pensou em vender sua propriedade e ir para outro lugar?

Plantadores de fumo:

Como é sua relação com a empresa que o Sr.(a) vende o fumo?

Quais os pontos positivos e negativos em plantar fumo?

Já pensou em mudar e/ou diversificar sua produção?

O Não-Trabalho:

O que faz quando não está trabalhando?

Pertence a alguma associação e/ou entidade comunitária?